



Bandeiras vermelhas na Avenida Paulista, em São Paulo

Primeiro de Maio reúne mais de 2 milhões no Brasil

por emprego, renda e valorização do trabalho

EDITORIAL

A palavra de ordem foi uma só: retomada do desenvolvimento, com emprego, distribuição de renda e valorização do trabalho. O palco foram as cidades brasileiras, com destaque para São Paulo onde, na Avenida Paulista, a CUT reuniu mais de um milhão de pessoas. Além de muita música com artistas consagrados, a tônica desse ato foi a conclamação ao governo por desenvolvimento, emprego e valorização do trabalho.

Em outras cidades do Brasil, neste segundo primeiro de maio comemorado com um presidente operário ocupando o mais alto cargo da República, milhares de trabalhadores manifestam nas ruas aquilo que já haviam expressado nas urnas em 2002: o desejo de mudança, a exigência de um novo rumo para o país.

A Força Sindical também organizou,

em São Paulo, um ato gigante no qual foram feitos ataques ao governo. Estas duas manifestações, com posições políticas diferentes, representam uma das facetas do momento político atual, quando a oposição conservadora radicaliza suas ações contra o governo. E a base governista, por sua vez, pressiona por resultados positivos e pelo cumprimento das promessas feitas para a nação e para os trabalhadores na campanha eleitoral.

O Brasil respira mais democracia desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e seu governo aspira a mudar a situação perversa herdada de FHC. E, ao mesmo tempo, vive o dilema de conciliar a contração econômica com as exigências de desenvolvimento, emprego e distribuição de renda, diz o presidente do Partido Comunista do Brasil, Renato Rabelo, opinião manifesta durante a

9ª reunião do Comitê Central, realizada em São Paulo, nos dias 24 e 25 de abril.

Nas ruas, as multidões do 1º de maio apoiaram o governo do presidente Lula, pelas mudanças. Sua mobilização é fundamental para que o novo rumo se concretize.

Como lembrou Renato Rabelo, as mudanças macroeconômicas exigem “convicção e decisão política. Não é fácil enfrentar o sistema financeiro — que pressiona e se beneficia do continuísmo —, mas há um grande apoio social para isso”.

Bandeiras Vermelhas se destacam

O 1º de Maio de 2004 foi uma festa na qual o vermelho se sobressaiu. Nas praças das capitais e das grandes cidades o rubro das bandeiras do PCdoB ganhou destaque. Foi

nesse cenário que **A Classe Operária**, o histórico jornal dos revolucionários brasileiros, comemorou seus 79 anos — jornal que traz, em seu próprio nome, a opção pelos trabalhadores. E a comemoração só podia ser aquela escolhida para esta data: uma tiragem recorde, para um jornal popular brasileiro, de 500 mil exemplares. E que circulou nas duzentas maiores fábricas e empresas em todo o país.

Desde a Rhodia, até a Schincariol; Petrobrás, Alcan, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Votorantim, Philips-Amazônia, Albarus/GKN, Marcopolo, Pirelli, Gerdau, Mannesmann, Latasa, Varig, Nuclep, Cobra, CSN, Mercedes-Benz, Suzano, Klabin, estes são apenas alguns nomes de empresas com grandes concentrações de trabalhadores onde a edição especial de **A Classe Operária** circulou, em todo o território nacional.



PCdoB

CARTAS

Eleger os candidatos comunistas para reforçar a luta pelas mudanças

PCdoB disputará as prefeituras de três capitais

COMITÊ CENTRAL DO PCdoB*

1 Aproximam-se as eleições que renovarão os mandatos de prefeitos e vereadores de todos os municípios brasileiros e polarizarão crescentemente a vida política nacional. Algumas centenas de milhares de candidaturas estarão sendo julgadas por aproximadamente 120 milhões de eleitores. Para esta primeira batalha eleitoral sob o governo Lula já há uma grande movimentação política com dois objetivos opostos. As forças progressistas, que estão na base de apoio do governo federal, buscam se fortalecer para reforçar o movimento por um projeto de desenvolvimento nacional, soberano, democrático e voltado para os interesses populares. Já as forças conservadoras, derrotadas em 2002, procuram derrotar o governo Lula e ampliar suas condições para impedir ainda mais as mudanças. Serão eleições nacionalizadas, nas quais estarão em debate os grandes problemas do país. As principais lideranças políticas, mesmo que não candidatas, participarão ativamente da campanha, vislumbrando possíveis desdobramentos para 2006.

2 O Partido Comunista do Brasil participa ativamente deste processo, visando vencer para avançar nas mudanças, mobilizando o povo e elevando sua consciência política. Isto se concretiza em um duplo objetivo: alcançar a vitória das forças mudancistas em geral e das forças de esquerda em particular, isolando a direita; e obter expressivos e inéditos sucessos elegendo seus próprios candidatos aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador. Neste sentido geral, o Partido marchará junto a PT, PSB, PPS e outros partidos da base aliada e se oporá ao PSDB e ao PFL.

3 O discurso dos candidatos comunistas procurará enfrentar a situação relacionando os problemas mais sentidos de cada localidade aos problemas nacionais. Dará atenção especial às reivindicações dos trabalhadores, da população carente e da periferia que sofre terrivelmente com o problema do desemprego, dos salários e rendimentos insuficientes, da falta de condições de transporte, moradia, saúde e saneamento, da violência e falta de segurança — quadro emoldurado pelas enormes restrições orçamentárias pelas quais passam os municípios, sufocados pelo arrocho fiscal do modelo liberal. Ao mesmo tempo, os comunistas terão uma oportunidade ímpar para colocar em tela amplamente as propostas do Partido para um novo projeto nacional de desenvolvimento que reforcem os seus aspectos de soberania nacional e democracia presentes e que busquem a reorientação da política macroeconômica até agora adotada pelo governo federal, reafirmando ao mesmo tempo a defesa do governo Lula e a necessidade de uma transição para um novo modelo econômico voltado para a geração de empregos e valorização do trabalho. Esta postura dará a marca própria da campanha comunista. Ademais, os candidatos a prefeito do PCdoB deverão construir em amplo debate

planos de governo que proponham, dentro das limitações impostas, soluções para os principais problemas de seus municípios.

4 Onde os comunistas se mostrarem capazes de polarizar as forças progressistas para a vitória, o PCdoB pleiteará encabeçar as chapas às prefeituras municipais. Entre os municípios maiores, prioritários para o Partido, tais são os casos de Fortaleza/CE, Manaus/AM, Olinda/PE e também no Rio de Janeiro, capital, onde se poderia reunir condições para o êxito. Onde não for possível desde o primeiro turno uma ampla aliança, deve-se ter em conta, desde já, a necessidade de somar esforços no segundo turno.

5 Noutros casos onde os comunistas possam ajudar a ampliar e fortalecer as chapas majoritárias, o Partido colocará à disposição dos outros partidos nomes de candidatos a vice-prefeito. Tal é o caso, entre os maiores municípios, da manutenção dos atuais vice-prefeitos de Recife/PE e Aracaju/SE, ou do pleito pela indicação dos vice-prefeitos em chapas que concorrerão em Porto Alegre/RS, Florianópolis/SC, Salvador/BA, João Pessoa/PB, Natal/RN, Rio Branco/AC e Boa Vista/RR.

6 Terão papel destacado no processo de acumulação de forças pelo Partido Comunista a vitória de seus candidatos a prefeito em uma série de municípios em vários estados, como no caso de Ijuí/RS, Içara/SC, Pato Branco/PR, Belfort Roxo, Miguel Pereira e S. Francisco de Itabapoana no Rio de Janeiro, Barra do Garças/MT, Simões Filho e Guanambi, na Bahia, Palmeira dos Índios/AL, Mirandiba/PE, Santa Rita/PB, Rio Maria/PA, Silves e Benjamin Constant, no Amazonas, Santana/AP, Tarauacá/AC e vários outros, bem como a reeleição dos atuais prefeitos comunistas em Guanhães/MG, José de Freitas e Canavieira no Piauí, Santana do Acaraú/CE.

7 Na disputa proporcional, os comunistas lutarão para triplicar o número de vereadores eleitos em 2000, empenhando esforços sobretudo nos municípios maiores, de maior peso político e econômico. Para tanto, atuarão em coligações com partidos aliados ou, em certas situações, lançarão chapas próprias, como nas capitais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Deve-se levar em conta, entretanto, as possíveis recentes decisões do STF/TSE que reduzem o número de vereadores na maior parte dos municípios, assim como a regulamentação que tramita no Congresso Nacional sobre a mesma matéria.

8 Para a consecução dos objetivos do Partido, a busca da melhor conjugação de três fatores concretos, constitutivos da direção política, pode ser decisiva. Candidatos com um bom perfil eleitoral, que gozem da confiança do Partido e que na campanha ajudem em construção partidária; propaganda criativa, ofensiva e farta; e recursos materiais suficientes para possibilitar o andamento da campanha.

9 Os comitês estaduais devem ter bem presente o plano estadual de campanha, suas prioridades, seus objetivos. Os comitês municipais devem se esforçar para comandar de fato a batalha partidária, mobilizando a militância para que, através das assembleias de base, sejam realizadas amplas e representativas conferências municipais, organizando as coordenações de campanha, dirigindo o processo de discussão das plataformas dos candidatos, definindo prioridades, tomando desde já medidas de arrecadação de fundos e assim por diante. Durante a campanha, o reforço à estruturação partidária, de acordo com as orientações do Partido, será um importante objetivo a ser perseguido.

*Resolução aprovada na 9ª reunião plenária do Comitê Central, 25 de abril de 2004

Comunistas disputam duas prefeituras no Sul da Bahia

Em Itabuna, mais de 100 dirigentes, candidatos e militantes debatem o 5º PEP e a eleição

RAMON CARDOSO DOS SANTOS*

Pau Brasil, e a vereadora Maria José é pré-candidata a vice-prefeita de Canavieiras.

Em Ilhéus o Partido faz parte do esforço da oposição para compor uma candidatura única e enfrentar e derrotar o candidato do PFL. "Lançaremos quatro candidatos à Câmara Municipal, com prioridade para a reeleição de Marlúcia Paixão", afirmou Gustavo Silveira, presidente do PCdoB local. Em Itabuna a prioridade é a reeleição do prefeito e dobrar nossa bancada, que hoje é de um vereador. As campanhas prioritárias de vereador são as de Luís Sena, atual vereador e Wenceslau Augusto, atual primeiro suplente. Em Jussari, o Partido está muito animado com sua pré-candidatura a prefeito, que já tem o apoio do PSB,

Perpétua no Jô - Assisti no programa do Jô com um misto de interesse e orgulho, a entrevista da camarada Maria Perpétua, deputada federal pelo PCdoB do Acre. Bem à vontade, com conhecimento de causa, ela respondeu a todas as perguntas demonstrando enorme conhecimento sobre as questões ambientais. Como ambientalista e comunista não poderia deixar de parabenizar nossa ilustre deputada, bem como sobre seu projeto de tornar as TV do Senado, Câmara e Judiciário, abertas à toda a população. Como amazônida que sou, da região da pré-amazônia maranhense, aqui vai a minha admiração e respeito à nossa camarada, extensiva à nossa ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Domingos César — Açailândia, MA

Sofrimento do heróico povo palestino - Estas não são notícias, são constatações da verdade que é o cotidiano dos palestinos. Não pode haver qualquer comentário, só lutando e trazendo à opinião pública estas ações poderemos minorar o sofrimento desse povo heróico. José Manuel Ruivo Palmeiro — Estremoz, Portugal

Luta contra compra de vagas merece apoio - A luta que Alice Portugal e os estudantes na sua entidade nacional, a UNE, e nosso Partido vêm travando contra este programa de compra de vagas merece todo nosso apoio e o apoio de toda a comunidade universitária. Nossas universidades públicas devem também abrir-se para acolher novas idéias e propostas de modo a colocá-las no caminho das mudanças profundas que nosso país necessita. Helena Costa Lopes de Freitas — Campinas, SP

A importância da filosofia - Prezadaíssima deputada Jandira Feghali: Assistindo ao programa "Olhar 2004", que reprisou o programa do Dia Internacional da Mulher, vi a senhora dizendo que talvez haja uma sessão da Câmara para derrubar vetos de FHC. Se for possível, gostaria que a senhora propusesse ao plenário que votasse a derrubada do veto para a obrigatoriedade do ensino de filosofia e sociologia no ensino básico. Não consigo entender a justificativa da existência do veto presidencial, já que o presidente não pertence ao poder legislativo. Acho um absurdo. Mui-tíssimo obrigado. Luis Augusto Feris Almeida — Guaratinguetá, SP

PDT e PMN e busca o apoio de outros partidos da base de sustentação do governo Lula e também de seis pastores e da juventude local.

Foi apresentada ainda uma síntese do 5º PEP, pelo secretário estadual de Organização, Davidson Magalhães, e seu debate revelou o engajamento da militância no esforço nacional por um Partido de massas, estruturado pelas bases, protagonista na luta do povo, especialmente dos trabalhadores, com direções consolidadas. Ao final do encontro, Davidson Magalhães anunciou a implantação da Comissão Regional de Organização e Acompanhamento.

*presidente do PCdoB/Itabuna, BA

NACIONAL

Em discussão as vias de desenvolvimento

Renato Rabelo, Miguel Arraes, Aldo Rebelo e José Dirceu conversam sobre as mudanças na macroeconomia

RITA POLLI, DE BRASÍLIA

O ministro José Dirceu, da Casa Civil, e os presidentes do PCdoB, Renato Rabelo, e do PSB, Miguel Arraes, participaram de um encontro na noite de 27 de abril, na casa do ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, para trocar opiniões sobre as vias de desenvolvimento do país, questão primordial em debate hoje.

Aldo e Dirceu são a representação política e administrativa do governo e estão em permanente diálogo com os partidos aliados para manter a sintonia nas diretrizes das questões prioritárias a serem empreendidas. Renato Rabelo fez um resumo da última



Em pauta as necessárias mudanças

resolução do Comitê Central do Partido (leia na página 4) em favor do redirecionamento da política macroeconômica do governo e

destacou que o centro da oposição é hoje o PSDB.

Na opinião de Renato, atualmente as forças que compõem o governo trabalham com a herança estrutural deixada pelos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso: “devemos sempre lembrar que assumimos um pesado ônus e se deve ter o cuidado de manter viva essa lembrança, manter isso na memória dos trabalhadores e do povo”.

Miguel Arraes, presidente do PSB, ex-governador de Pernambuco e atual deputado federal, concordou com as considerações de Renato e destacou a necessidade de o governo fazer o “pacto do de-

envolvimento e do emprego”. Arraes se referiu principalmente à região da Zona da Mata do Nordeste, onde é possível incrementar ações no ramo da infra-estrutura e construção civil pela criação de novos postos de trabalho.

Dirceu e Aldo disseram-se preocupados mas otimistas em relação às iniciativas do governo pelo desenvolvimento. O chefe da Casa Civil afirmou ter a expectativa de que os juros deverão cair como nunca desde o governo FHC, para que o Brasil retome o crescimento econômico. Ele considera valiosos os encontros com o PCdoB e o PSB pela formulação das necessárias mudanças que foram o propósito da aliança construída durante anos de ações conjuntas entre esses partidos.

PCdoB

Resolução sobre Questões de Partido

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, em sua 9ª reunião ordinária, nos dias 24 e 25 de abril, em São Paulo, considerando a realização do 1º Encontro Nacional sobre Questões de Partido nos dias 5, 6 e 7 de março de 2004, resolve:

1 Referendar a aprovação do documento “Um Partido Comunista de massas, estruturado pelas bases, sobretudo entre os trabalhadores, unido e coeso a partir de direções consolidadas em especial nos maiores municípios, com intenso protagonismo político na luta dos trabalhadores e do povo” em sua redação final, com a incorporação das emendas aprovadas pelo plenário do 1º Encontro.

2 Aprovar o 5º Plano Nacional de Estruturação Partidária (PEP), contendo as balizas em torno do esforço de abordagem concreta da linha de estruturação partidária aprovadas no 1º Encontro.

3 Aprovar o documento “Desenvolver a política de organização como suporte ao novo impulso de estruturação partidária”, apresentado e debatido no ativo de organização acontecido no dia 7 de março, como um balizador do programa de trabalho da frente de organização até o 11º Congresso.

4 Acatar as indicações do 1º Encontro Nacional sobre Questões de Partido no que se refere a:

a) Realização do 2º Encontro Nacional sobre Questões de Partido, em 2005, com o tema centrado na estruturação e fortalecimento do PCdoB entre os trabalhadores brasileiros, com ênfase no operariado; b) elaboração de documento versando sobre uma nova política de quadros nos termos apresentados no documento base do 1º Encontro Nacional, atribuindo ao Secretariado Nacional esta incumbência.

5 Conclamar todos os comitês partidários para que, no curso da campanha eleitoral, desde o processo de conferências municipais que debatem a aprovam o projeto eleitoral para 2004, façam ampla difusão do documento do 1º Encontro Nacional sobre Questões de Partido e do livro acerca de Questões de Partido, ao lado do esforço permanente do desenvolvimento da estruturação partidária.

*Resolução aprovada na 9ª reunião plenária do Comitê Central, 25 de abril de 2004

ENTREVISTA

Resistir às oligarquias e ao imperialismo

Bomfim põe sua experiência a serviço da articulação política do governo

LUIZ APARECIDO, DE BRASÍLIA

Eduardo Bomfim, dirigente comunista das Alagoas, ex-deputado federal constituinte em 1987/1988 e deputado estadual, duas vezes vereador em Maceió, ex-secretário municipal e estadual da Cultura e membro do Fórum Nacional de Cultura, atualmente secretário executivo do Ministério da Articulação Política e Assuntos Institucionais, cumpre agora sua tarefa no Palácio do Planalto, ao lado do ministro Aldo Rebelo, com galhardia e humildade. Bomfim entrou para a política muito jovem; em 1970 se filiou à Ação Popular Marxista Leninista (APML) e em 1972 ao PCdoB, onde se abrigaram os comunistas da APML. Diante do cerco da ditadura, fez uma política de massas junto às organizações populares e ao antigo MDB, depois PMDB, e foi aquela sigla guarda-chuva de todos os democratas e revolucionários décadas de 70 e 80 que ele se elegeu para seus primeiros mandatos parlamentares. Logo que o PCdoB alcançou a legalidade, não perdeu tempo e assumiu sua condição de deputado comunista.

“Considero que o governo Lula insere-se num contínuo histórico nacional, que tem raízes antigas, que vão desde as lutas pela construção da nacionalidade, processo que antecedeu o sentido superior de brasilidade, perpassando pelas lutas que determinaram hoje, o indeclinável caráter republicano arraigado na sociedade brasileira e em particular junto às mais amplas camadas de trabalhadores”, diz Eduardo Bomfim.

Segundo ele, a participação dos comunistas no governo indica que estamos, no Brasil, “forjando doutrinariamente, e nas lutas políticas fundamentais, a necessidade histórica de profundas transformações estruturais em nosso país”. Nessa questão, adianta ele, “agiganta-se a teoria marxista e o itinerário dos revolucionários militantes até os dias atuais. Os comunistas e em particular, o Partido, jogaram e continuam jogando papel decisivo na reafirmação e busca da via socialista brasileira”.



Eduardo Bomfim

Eduardo Bomfim, que atuou intensamente na Constituinte de 1987/1988, ao lado dos deputados comunistas Edmilson Valentin, Haroldo Lima, Aldo Arantes e outros, acha que aquela experiência e os contrapontos que se formavam no convívio de experts da direita nacional, entre eles Delfim Neto, Roberto Campos, o estão ajudando a tocar dura rotina de hoje no quarto andar do Palácio do Planalto. Lá ele recebe, a pedido do ministro Aldo Rebelo, vereadores, prefeitos, deputados estaduais, federais e até governadores de todos os partidos, sejam aliados ou não do governo Lula. Ouve pacientemente os pleitos

e os encaminha para as soluções possíveis. “Sempre atento ao que é de interesse da Nação e do povo brasileiro, que não são propriedade de siglas, partidos ou governos”, diz.

O segundo homem da hierarquia do Ministério da Coordenação Política procura as bases históricas da situação que o Brasil vive hoje, e destaca que, “nos tempos recentes, esse contínuo histórico mais geral que já citei, compreende as lutas dos tenentistas, a revolução de 30, o governo Vargas, especialmente seu segundo mandato, o período de Juscelino e o governo Jango com suas Reformas de Base, abortadas violentamente pelo Golpe Militar de 1964. Foram governos distintos, contraditórios, mas sem dúvida representaram o principal legado de um processo nacional desenvolvimentista, com incursões visando a soberania nacional com suas variáveis”.

Para ele, “o governo Lula é herdeiro deste tumultuado e muitas vezes sangrento curso. A questão atual, é saber definir os traços avançados e as contradições desse período marcado pela hegemonia do capital financeiro internacional e o papel das forças conservadoras e re-

acionárias nesse momento.” Eduardo Bomfim compreende também as contradições que estão dentro deste próprio governo, mas defende a participação dos comunistas nesse processo, em função da herança que os comunistas e as forças nacionalistas de cunho progressista, possuem na luta contra os espoliadores e os imperialistas que hoje tentam agir e atuar com outras denominações.

Trabalho intenso mas estimulante

Vivendo em Brasília desde janeiro, quando foi nomeado secretário geral do Ministério, Eduardo Bomfim está adorando a cidade projetada por Lúcio Costa e Niemeyer. Quando deputado federal constituinte, ficava aqui três ou quatro dias da semana, mas vivia mesmo em Maceió. Agora não. Trouxe esposa e filhos para conviver com ele na cidade e nos fins de semana, quando sobra algum tempo, aproveita para conhecer melhor a capital do Brasil. A Vila Planalto dos pioneiros, o Catequeto, as cidades satélites e suas características interioranas, e sua multifacetada cultura, onde vez ou outra reencontra suas raízes alagoanas.

Embora intenso, o trabalho no Planalto é também instigante. Chega por volta das 8 horas da manhã e só sai depois de atender a última demanda do dia, nunca antes das 22 horas; algumas vezes chega até a 1 hora da manhã.

O ministro Aldo Rebelo, alagoano como Bomfim e, como ele, homem atento às letras e à poesia, é outro que tem um ritmo intenso de trabalho, acrescido por inúmeros encontros com o presidente Lula, que às vezes o chama ao seu gabinete três ou quatro vezes ao dia.

Ali está uma trincheira no combate pela liberdade e pelo bem estar dos brasileiros e da humanidade. E de qual Bomfim não abre mão.

O trabalho no Ministério da Coordenação Política é intenso; começa às oito da manhã e muitas vezes vai além das meia noite. É uma trincheira da luta pela liberdade e pelo bem estar dos brasileiros

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Momento privilegiado para avançar no projeto desenvolvimentista

Intervenção à 9ª reunião do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, nos dias 24 e 25 de abril de 2004

RENATO RABELO*

Após um ano e quase cinco meses da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a crise política que atingiu o centro do governo, já contornada, dá lugar a uma oposição organizada com bandeiras definidas — "emprego e ética" — e veicula que "o governo não funciona" e "não tem rumo". Ao mesmo tempo, a crise social, resultado, sobretudo, dos últimos 20 anos de estagnação econômica, agrava-se. Assumem maior intensidade as pressões por resultados e, principalmente, pelo cumprimento dos compromissos mudancistas assumidos na campanha presidencial e pelo governo estabelecido. O governo é acossado de várias direções.

Qual a singularidade da situação atual? O governo Lula é democrático (hoje se respira mais democracia) e almeja mudar a situação perversa encontrada. Mas está envolto no dilema de conciliar a política de contração econômica com o desenvolvimento e emprego.

As forças conservadoras e continuístas querem repressão policial (exigência de maior "autoridade do governo") do movimento social e, do lado econômico, ainda maior esforço fiscal e monetário para garantir a confiança dos

credores, diante de uma perspectiva de queda da liquidez de capital externo para países como o Brasil. É a velha lógica conservadora de mais arrocho com repressão.

De outro lado, crescem as reivindicações populares e dos trabalhadores por reforma agrária, emprego, moradia, controle da violência urbana, maior investimento público etc, juntamente com a elevação da pressão de setores do governo por mudança da política econômica, principalmente queda da taxa de juros e spread bancários, diminuição do superávit fiscal, elevação da meta de inflação, aumento real do salário mínimo.

Demonstrando estas tendências, vê-se na base do governo uma seqüência de documentos e entrevistas reclamando mudanças. Pode-se mencionar, mais recentemente, a Resolução da Executiva Nacional do PMDB, a reunião de seus governadores, a entrevista do vice-presidente José Alencar na revista *Carta Capital*, pronunciamentos do governador do Paraná, Roberto Requião, entrevista do presidente do PL, Valdemar Costa Neto ao *Estado de S. Paulo*, reunião do Diretório Nacional do PPS, documento dos 15+8 do PT. Também ocorrem vários pronunciamentos e propostas das centrais sindicais, de organizações populares e de setores importantes da intelectualidade exigindo mudanças e ousadia do governo na aplicação de seus compromissos.

Na oposição conservadora fica claro o papel central do PSDB, que eleva sua atividade, com a presença crescente do senador José Serra no cenário político, o reaparecimento açodado do ex-presidente Fernando Henrique, o estreitamento da aliança desse partido com o PFL de Bornhausen e a aproximação com Leonel Brizola. É adotada uma posição cínica de criticar

a "política econômica do governo" e, ao mesmo tempo, defender o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, preservando sua orientação, considerando-o como "o principal fator de credibilidade" de Lula. Reforça, assim, o papel de Palocci como fiador da confiança dos círculos financeiros dominantes, procurando deixar o presidente da República refém desse esquema.

A imprensa, sobretudo a grande mídia, fala o que quer, sem qualquer espécie de restrição. A oposição se manifesta abertamente e com desenvoltura. O rotulado "escândalo Waldomiro" foi explorado de todas as maneiras e o governo tinha que buscar suas formas de defesa, inclusive desestimulando comissões parlamentares de inquérito que tinham nítido sentido de desestabilizá-lo. Os anseios e exigências contidos na vigência do modelo neoliberal, acumulados nas

décadas passadas de desigualdades sociais, têm liberdade para se extravasar. Estudo recente do professor Márcio Pochmann demonstra o aprofundamento da desigualdade social, o que encontra a inevitável resposta por parte do movimento popular. É justa a manifestação dos anseios sociais em curso.

O governo ainda tem que se movimentar diante de uma pesada herança — que muitos, equivocadamente, não percebem ter componente estrutural e não apenas conjuntural — que requer soluções de fundo, exigindo convicção comum.

Por enquanto, o governo Lula tenta adaptar a política macroeconômica, predominante, emanada dos conceitos e medidas advindos do Ministério da Fazenda e do Banco Central (continuação da última fase da política macroeconômica aplicada pelo governo FHC), com a implementação de uma proposta de desenvolvimento. Essa posição foi explicada e aprovada na última reunião do Diretório Nacional do PT, seguindo linha já adotada, e que teve um atalho na reunião da Comissão Executiva Nacional, dando margem à especulação de que o PT passaria a exigir a "mudança da política econômica".

Essa visão conciliatória, de tentar aliar a política macroeconômica vigente com o desenvolvimento rápido e acentuado, fica evidente em certos esforços exercidos por Lula. A linha do "espetáculo do crescimento", ensaiada em meados do ano passado, na tentativa de responder a justo anseio, não funcionou, pois não era condizente com a rigidez fiscal e monetária dominante. Mas esse anseio encontrou melhor respaldo com a tendência de expansão verificada nos últimos três meses de 2003, o que forneceu ao governo um discurso pró-ativo, com a indicação de que 2004 seria o "ano do crescimento", reforçando a motivação desenvolvimentista no seio do empresário e do povo. Essa indicação, que demonstrava um apelo bem intencionado, foi esmaecida já no primeiro mês deste ano, causando frustração na expectativa de retomada desenvolvimentista. Isso se deveu à decisão do Conselho de Política Monetária de manter a taxa Selic, freando a tendência de queda, em con-



Renato Rabelo na 9ª Reunião do Comitê Central

seqüência de "novas ameaças inflacionárias", conforme rezou a ata de janeiro do Copom.

A "freada" teve um resultado político muito danoso para os objetivos governistas. Para piorar, em fevereiro saiu o resultado negativo do Produto Interno Bruto em 2003 (-0,2%) e, mais uma vez, foi exigido contingenciamento de despesas e investimentos no já contido orçamento de 2004. A indicação de Lula que seria, de certo modo, um estímulo ao crescimento, propiciando iniciativa política ao governo e esperança positiva em amplos setores sociais, deixou-o na defensiva. Passou a ter que explicar que a meta de crescimento pretendida vai ser alcançada, é inequívoca, é para valer. Mas dados recentes do Fundo Monetário Internacional prevêem desenvolvimento menor do Brasil em relação à média mundial e dos países "emergentes".

Essa curta trajetória demonstra a dificuldade de encaixe entre a dinâmica da Fazenda e do BC e a dinâmica da exigência nacional de desenvolvimento, à qual Lula tanto quer corresponder.

Hoje, cumprido mais de um terço do mandato do governo, cresce a consciência de mudança, nos seus diversos níveis, exigindo resultados tangíveis. Enquanto não se visualizar uma tendência para um desenvolvimento acentuado, com uma reversão no aumento do desemprego e na queda de renda da maioria, não haverá convicção em círculos mais extensos de que a mudança começou ou se instalou.

Em função do apelo mais sentido, imposto pela realidade, a mudança tem um denominador comum, imediato: retomada do crescimento, aumento do emprego e da renda e recuperação da infra-estrutura do país. São anseios comuns dos trabalhadores, das camadas médias e dos empresários dos setores produtivos do país. Há indicações neste sentido no documento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) entregue a Lula em 12 abril, "Uma agenda pró-crescimento para 2002", e no estudo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), de 19 abril, "Spread no Brasil e no Mundo" e nas várias propostas das centrais sindicais. As mudanças preconizadas integram um projeto nacional progressista, voltado para a solução da democracia e os direitos sociais universais.

O governo está vivendo certo impasse, resultante de dois conceitos de desenvolvimento, expressos, de uma forma ou de outra, nas seguintes disjuntivas: protagonismo do Estado ou do mercado na retomada e na definição do projeto de desenvolvimento; inflação baixa como meta absoluta, à custa de juros muito elevados, ou metas que considerem a principalidade ao desenvolvimento, com taxas de juros condizentes com o processo produtivo; e, no fundo da política macroeconômica, desregulamentação financeira ou formas de controle na conta de capitais diante da vulnerabilidade externa; superávits fiscais enormes e por muitos anos ou busca de meios para reestruturação da volumosa dívida.

Por causa dessa dualidade de conceitos e, sobretudo, em função da prevalência de um deles — monetarista, fiscalista e restritivo ao crescimento — não "fecha" a concretização de um projeto comum de desenvolvimento, com distribuição de renda e inclusão social, tão essencial ao êxito do governo atual. Passam a aflorar indecisões governamentais, atrasa-se a formação de convicções comuns que orientem e apliquem de forma sistêmica um novo projeto nacional de desenvolvimento, com seu modelo, seus planos e metas, capaz de mudar em tempo hábil o quadro de estagnação e desemprego. Exemplo disto se encontra nos componentes que podem moldar um novo projeto, sendo justamente uma nova agenda trabalhada pelo governo, mas que, em função dessa contradição entre modelos, são modificados na sua definição, como o Plano Plurianual (apesar de aspectos positivos), ou são retardados ou limitados, como o modelo de Parceria Público-Privada, o modelo energético, o das agências reguladoras, o plano de investimentos em infra-estrutura do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o plano de ampliação e popularização do crédito, o de incentivo à construção civil, os planos de integração da América do Sul. O recente lançamento de uma Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior é um passo importante, mas, também, vítima da mesma questão: como interagir a política industrial com a macroeconomia vigente?

CONJUNTURA

►► O PCdoB reafirma que é incompatível, não encaixa, uma política macroeconômica baseada na desregulamentação financeira e no absolutismo da estabilidade fiscal e monetária, sob a direção do mercado (dominância da lógica financeira), com o propósito de aumento acentuado e contínuo do desenvolvimento, ampliação dos postos de trabalho e inclusão social. Como compatibilizar uma estabilidade, cuja lógica de funcionamento é determinada pela contenção de investimentos, com a necessidade premente de rápido crescimento e empregos que o país requer? Entra dia e sai dia e os indicadores da economia real continuam em patamares negativos - em março, o desemprego em São Paulo atingiu novamente 20,6% (2 milhões de pessoas, o pior índice para esse mês),

A transição para o novo projeto requer o redirecionamento da política econômica, recomposição do Estado para o desenvolvimento, sustentação de uma maioria política e apoio de amplo movimento social

o rendimento médio caiu 3,3% e a dívida pública se elevou. O recorde positivo deste primeiro trimestre é do superávit fiscal de 5,41%, superior aos tão criticados 4,25%. Mesmo assim, as agências norte-americanas acham pouco — "não é confiável" o ajuste brasileiro (pressionam contra o aumento do salário mínimo e do funcionalismo público).

A transição para o novo projeto de desenvolvimento, que responda aos anseios de mudança, é, antes de tudo, uma escolha política — requer convicção e decisão de governo.

A transição para o novo projeto passa pelo redirecionamento da política econômica, recomposição do Estado para o desenvolvimento, sustentação de uma maioria política e apoio de amplo movimento social, não deixando de considerar o sentido positivo dos componentes em curso que o formam —

nova política externa, diversificação de mercados externos, parcerias estratégicas com países da dimensão brasileira, fortalecimento do Mercosul e ampliação com o Pacto Andino, reversão do plano original da Alca, política industrial, esforço exportador, plano de investimento em infra-estrutura, parceria público-privada, novos modelos elétrico e das agências reguladoras. A reorientação requer amplo respaldo político interno.

No Encontro Nacional do PCdoB, realizado em março, em Brasília, dando continuidade às nossas formulações, foi apresentada proposta para a transição ao novo projeto. O PCdoB se vincula e impulsiona o conjunto das forças e elementos mudancistas dentro do governo e na sua base de sustentação. Expõe sua opinião na imprensa do Partido. Intervém e preserva a autonomia do movimento social e preconiza atuação unitária e ampla.

Neste momento, nossa atuação deve se concentrar no esforço da construção de um amplo pacto político e social, baseado numa plataforma pelo desenvolvimento, emprego e recomposição da infra-estrutura do país, juntamente com o presidente da República,

visando à transição para o novo projeto nacional.

Os comunistas se preparam para a batalha eleitoral de 2004, conforme Resolução aprovada pelo Comitê Central em 25 de abril de 2004. O PCdoB apresentará candidatas a vereadores, vice-prefeitos e prefeitos — inclusive disputará os governos de capitais como Fortaleza (Inácio Arruda), Manaus (Vanessa Graziotin) e Rio de Janeiro (Jandira Feghali). Será a primeira eleição sob a administração Lula e vamos trabalhar pela vitória do campo de apoio ao governo e do nosso Partido. Vamos relacionar os problemas mais sentidos de cada localidade às questões nacionais, com atenção especial para as reivindicações dos trabalhadores, da população carente e da periferia, que sofrem com o desemprego, salários e rendimentos insuficientes, falta de condições de transporte, moradia, saúde, saneamento, segurança. E vamos contribuir para definir projetos e planos atuais no âmbito de cada município onde participaremos do pleito.

**presidente do PCdoB*

PCdoB

Por um amplo movimento nacional impulsionador da transição mudancista essencial à vitória do governo Lula

O governo Lula é democrático e aspira mudar a situação perversa em que encontrou o país. É justa a manifestação dos anseios sociais em curso

COMITÊ CENTRAL DO PCdoB*

Decorrem um ano e quase 5 meses da instalação do novo governo. O governo Lula é democrático e aspira mudar a situação perversa encontrada. Ao mesmo tempo, está envolto cada vez mais num dilema: conciliar política macroeconômica contracionista com desenvolvimento e emprego. Esta é a singularidade da situação atual.

O quadro em evolução se apresenta com uma pressão de forças conservadoras e continuistas, expressa politicamente em forte movimentação pela repressão policial (exigência de maior "autoridade do governo") do movimento social e, do lado econômico, por um esforço fiscal e monetário ainda maior com vistas a garantir a confiança dos credores, diante de uma perspectiva de queda da liquidez de capital externo para países como o Brasil. É a velha lógica conservadora de mais arrocho e repressão.

Por outro lado, no âmbito social, cresce a tendência pelas reivindicações populares e dos trabalhadores — reforma agrária, emprego, moradia, controle da violência urbana, maior investimento público etc. — juntamente com a elevação da pressão política das forças do campo do governo exigindo mudança da política econômica para o desenvolvimento, traduzida principalmente em queda da taxa de juros e spread (diferença entre a taxa de captação e de aplicação) bancários, diminuição do superávit fiscal, flexibilização das metas de inflação, aumento real do salário mínimo.

Neste momento, os anseios e exigências contidos em mais de dez anos de modelo liberal, acumulados nas décadas passadas de desigualdades sociais têm liberdade para se extravasar — é justa a manifestação dos an-

seios sociais em curso. A imprensa, sobretudo a grande mídia, opina intensamente. A oposição se manifesta abertamente e com desenvoltura. O rotulado escândalo Waldomiro foi explorado de todas as maneiras e o governo tinha que buscar suas formas de defesa, inclusive desestimulando CPIs que tinham nítido caráter de desestabilizá-lo. O governo ainda tem que se movimentar diante de uma pesada herança — que muitos equivocadamente dizem que nesta altura não se deve mais considerar, não percebendo que a herança tem componente estrutural — que requer soluções de fundo, exigindo convicção comum de governo.

O governo está objetivamente vivendo certo impasse, resultante de dois conceitos de desenvolvimento, expressos de uma forma ou de outra nas seguintes disjuntivas: protagonismo do Estado ou do mercado na retomada e na definição do projeto de desenvolvimento; inflação baixa como meta absoluta, à custa de taxas de juros muito elevadas ou metas que considerem a principalidade ao desenvolvimento com taxas de juros condizentes com o processo produtivo; e, no fundo da política macroeconômica, desregulamentação financeira ou formas de certo controle na conta de capitais diante da vulnerabilidade externa; superávits fiscais enormes e por muitos anos ou busca de meios para reestruturação da volumosa dívida.

O PCdoB reafirma sua convicção de que é incompatível uma política macroeconômica baseada na desregulamentação financeira e no absolutismo da estabilidade fiscal e monetária, sob o domínio da lógica financeira, com o propósito de aumento acentuado e contínuo do desenvolvimento, ampliação dos postos de trabalho e inclusão social.

Como compatibilizar uma estabilidade, cuja lógica de funcionamento é determinada pela contenção de investimentos, com a necessidade premente de rápido crescimento e empregos que o país requer? Entra dia e sai dia e os indicadores da economia real não saem de patamares negativos — em março último, o desemprego em São Paulo atinge novamente 20,6% (2 milhões de pessoas, o pior março desde 1994), o rendimento médio cai 3,3% e a dívida pública se eleva. O recorde "positivo" deste primeiro trimestre é o superávit fiscal de 5,41% do PIB, superior aos 4,25% já tão criticados. Mesmo assim, as agências norte-americanas ainda acham pouco e "não confiável" o ajuste brasileiro.

Para o PCdoB, a escolha política para a transição ao novo projeto passa pelo redirecionamento da política econômica, recomposição do Estado para o desenvolvimento, sustentação de uma maioria política e apoio de amplo movimento social, não deixando de considerar o apoio aos componentes em curso que formam novo projeto — nova política externa, diversificação de mercados externos, parcerias estratégicas com países da nossa dimensão, fortalecimento do Mercosul e ampliação com o Pacto Andino, reversão do plano original da Alca, política industrial, esforço exportador, plano de in-

vestimento em infra-estrutura, parceria público-privada, novo modelo elétrico e das agências reguladoras. No Encontro Nacional de Brasília, em março último, dando continuidade às nossas formulações, o Partido enumerou uma série de propostas que visam a essa transição ao novo projeto.

Diante da evolução mais recente do quadro nacional e da continuidade da luta pelo êxito do governo Lula, tarefa central dos comunistas, o Partido propõe:

1) Juntamente com os partidos da base do governo, entidades representativas do movimento social e personalidades do mundo político, intelectual, empresarial e religioso buscar a conformação de um pacto capaz de sustentar um amplo movimento político e social, de caráter nacional, pelo desenvolvimento com base em uma plataforma comum que priorize os investimentos em infra-estrutura e seja capaz de gerar empregos e distribuir renda;

2) Vincular-se mais profundamente ao movimento social, preservando sua autonomia, com espírito de unidade e amplitude, visando à elevação do nível de consciência e a maior mobilização de seus protagonistas.

**Resolução aprovada na 9ª reunião plenária do Comitê Central, 25 de abril de 2004*

É incompatível uma política macroeconômica baseada na desregulamentação financeira e no absolutismo da estabilidade fiscal e monetária, com o propósito de aumento do desenvolvimento, ampliação dos postos de trabalho e inclusão social

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

1º DE MAIO

Em São Paulo, a festa da CUT teve mais de um milhão de trabalhadores

“Emprego e renda: nossa luta, nosso desafio” – a palavra de ordem definiu o anseio dos trabalhadores paulistas

ELDER VIEIRA, DE SÃO PAULO

Fazia muito tempo que São Paulo não via tanta gente reunida. Talvez desde o histórico comício da campanha das Diretas Já, em 25 de janeiro de 1984, que levou mais de um milhão de paulistanos para a Praça da Sé.

Este ano, a festa dos trabalhadores promovida pela CUT na avenida Paulista repetiu aquele feito: no dia 1º de Maio, mais de um milhão de pessoas compareceram à comemoração. Sob a palavra de ordem “Emprego e renda: nossa luta, nosso desafio”, artistas e diversas sindicais e de trabalhadores animaram o público durante as mais de 16 horas que durou a festa, iniciada logo cedo, às 9h30 da manhã, horário da abertura. Apresentaram-se o ministro da Cultura Gilberto Gil e Djavan, Leonardo e Daniel, Jota Quest (considerado momento alto dos espetáculos), Sandy e Júnior, Jorge Aragão, Fundo de Quintal e Lécya Brandão. Os atores Sérgio Mamberti e Antonio Pitanga foram os mestres de cerimônias.

No telão, além de tomadas do público, foram exibidas homenagens a brasileiros que fizeram história e marcaram a alma popular. Lélia Abramo, atriz e presidente do Sindicato dos Artistas de São Paulo, foi a primeira a ser lembrada. Seguida por Osmar Santos, locutor de partidas de futebol, vítima de um acidente em 1994 que lhe subtraiu a fala, e que foi o apresentador oficial dos comícios das Diretas em 1984. O radialista esteve presente ao ato, e pronunciou a palavra “legal” em agradecimento, sendo efusivamente aplaudido. Outro homenageado foi Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê, presidente da Central dos Movimentos Populares (CMP), que está preso acusado injustamente de acobertar um homicida. Mamberti exigiu sua libertação e conclamou a todos que prestem solidariedade ao líder dos sem-teto. O último a ser lembrado foi o piloto Ayrton Senna, morto em 1º de maio de 1994 quando disputava o Grande Prêmio de San Marino de Fórmula 1. Foi exibido um documentário sobre o piloto e entregue uma



A multidão tomou conta da Avenida Paulista durante todo o dia

bandeira do Brasil e uma placa à sua irmã, Viviane Senna, que agradeceu à CUT em nome da família.

Reivindicações a Lula e críticas a Alckmin

Federações e sindicatos mobilizaram-se para o evento. Dentre os muitos, estavam o dos metroviários, dos químicos, bancários, condutores, professores do estado, vidreiros, marceneiros, dos trabalhadores em água e esgoto, em telemarketing, da saúde e do ensino municipal. Personalidades políticas também estiveram presentes mas não usaram a palavra. Dentre elas, Renato Rabelo, presidente do PCdoB, e Jamil Murad, deputado federal (PCdoB/SP), José Dirceu, ministro da Casa Civil do governo, Marta Suplicy, prefeita de São Paulo, José Genoíno, presidente do PT. As intervenções ficaram por conta das lideranças populares.

Gustavo Petta, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) falou em nome da juventude. Disse que ela deseja emprego, educação e acesso à universidade. Empenhou

o apoio dos estudantes brasileiros a Lula, para que ele promova as mudanças e construa uma universidade para todos. Mandou também um recado para o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin: “Pare de mandar a polícia matar nossa juventude. Precisamos de educação, emprego, cultura”.

Já Luiz Marinho, presidente da CUT, cobrou do governo federal iniciativas no rumo das mudanças: “Sabemos das dificuldades herdadas do governo de FHC, mas os trabalhadores estão com você, Lula. É possível construir o caminho do crescimento. Conduza os país para além das mudanças que já foram feitas e receba nosso apoio”. O presidente da Central também criticou o novo salário mínimo: “Não podemos aceitar a lógica de 1,2% de aumento. A CUT propõe que iniciemos desde já um debate nacional sobre a recuperação do mínimo, inclusive influenciando na definição do orçamento da União, apresentando propostas”.

Edilson de Paula, presidente da CUT-SP, foi mais longe: “Esse ato não é só de cultura: é também de reflexão. O país precisa de distribuição de renda, da redução da jornada de trabalho, de reforma agrária, de investimento em infra-estrutura econômica para gerar emprego e renda. Sem renda, não superaremos as dificuldades. Não dá para meia dúzia ter tudo e o resto do povo passar aperto”.

Tanto Edilson quanto Marinho lançaram desafios a Alckmin. O líder nacional da Central foi enfático: “Governador, não finja que não tem responsabilidade pelo drama do desemprego e da concentração de renda. Cumpra sua parte na resolução dos problemas que o Brasil vive”. Edilson, por seu lado, exigiu imediata abertura de negociações entre as categorias de funcionários públicos em luta e o Palácio dos Bandeirantes. “As Fatecs [Faculdades de Tecnologia do estado] estão a 76 dias em greve e o governo não abre negociações. São Paulo é o estado mais rico do país, no entanto, 20% de seus trabalhadores desempregados e o funcionalismo público há oito anos está sem

Luiz Marinho: “Não podemos aceitar a lógica de 1,2% de aumento do salário mínimo. É preciso iniciar um debate nacional sobre sua recuperação”

PCdoB foi à festa organizado

Em São Paulo, os militantes do PCdoB consideraram um grande avanço este 1º de Maio ser comemorado de forma centralizada em um grande ato massivo na avenida Paulista. “A consciência vem com o tempo e a participação. Nosso papel aqui é politizar”, afirma Cláudia Rodrigues. O Partido teve o melhor visual do ato. Fixou nos postes centrais da avenida vinte estandartes com frases do tipo “Não a Alca”, “Fora FMI”, “Redução da Jornada”, “Crescimento e emprego já”, todos assinados “PCdoB 65”. Sua militância marcou presença com 350 bandeiras e distribuiu em torno de 50 mil exemplares da edição especial de **A Classe Operária**, puxou palavras de ordem e dançou ao som da música popular brasileira.

Uma brigada de 70 comunistas filiou mais de 200 pessoas ao Partido. Para Vanius, coordenador da brigada, “agora é procurar esse pessoal e incorporar ao PCdoB” (EV).

aumento. O governador posa de bonzinho, mas não assume suas responsabilidades”.

Dia de luta e de festa

A CUT reservou o espaço próximo ao palco para a militância, que compareceu uniformizada com a camiseta da Central, bandeiras e bonés. Atrás desta “linha de frente”, o povo se apertou para ver os artistas. A manifestação começou nas fronteiras da rua da

Consolação e se estendeu até as imediações da avenida Brigadeiro Luís Antônio.

Eliane Correia da Silva, de 16 anos, foi ao ato pela festa. Queria assistir à apresentação da dupla Sandy e Júnior. “Já tocou?”, pergunta ansiosa para a reportagem de **A Classe Operária**. Diante da ne-

gativa, mostrou-se aliviada. Mas não fugiu da luta; questionada, disse concordar com a proposta da CUT de lutar por emprego e por melhores salários. Em uma família de cinco adultos e dois adolescentes, seu pai e um de seus irmãos estão desempregados. Para ela, esse é o maior problema do país. Alice Maria Nogueira, de 47 anos, considerou a iniciativa da CUT muito boa: “O povo precisa mesmo se conscientizar, participar”. Professora do nível fundamental, para ela, a educação deve ser a prioridade. “Emprego também, mas, sem educação, as pessoas não têm consciência”.

TRABALHADORAS

Quem são as dirigentes metalúrgicas no Brasil?

A dirigente sindical metalúrgica no Brasil média é uma mulher madura (tem entre 31 e 50 anos de idade), casada, com dois ou três filhos, começou a trabalhar antes dos 18 anos e tem casa própria (de alvenaria, com todos os serviços básicos). Trabalha de 6 a 10 anos na fábrica atual, e recebe de R\$ 301 a R\$ 500 de salário. Nas fábricas, ocupam funções de auxiliares, mas nos sindicatos, são diretoras executivas, eleitas com menos de três anos de trabalho político.

Este perfil foi elaborado pela pesquisa feita pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT), em parceria com o Dieese e apoio da AFL-CIO (central sindical dos EUA), Quem são as dirigentes metalúrgicas no Brasil?”, em abril, em São Paulo,

durante o “Encontro Nacional dos Metalúrgicos da CUT”. A publicação registra o perfil social, econômico, profissional, sindical e político das mulheres dirigentes sindicais, que ocupam cargos de direção em sindicatos de metalúrgicos filiados à CUT. Foram entrevistadas 85 mulheres, durante 2002, em doze estados: São Paulo, Minas Gerais, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraíba, Paraná, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia. A pesquisa traz ainda o percentual que estas mulheres representam no ramo metalúrgico, a comparação salarial e de escolaridade com os colegas de fábrica, taxa de desemprego e precarização das relações de trabalho às quais estão expostas. (Edwiges Tavares - CNM/CUT)

1º DE MAIO

Multidões comemoram em todo o Brasil

Os trabalhadores saíram às ruas para comemorar seu dia. A tônica foi o clamor pelas mudanças

Bahia

São Pedro colaborou com o 1º de Maio dos baianos. Não choveu à tarde, quando milhares de pessoas lotavam o Terreiro de Jesus, no Centro Histórico de Salvador. Ocorreram atividades culturais, shows de artistas, presença de lideranças sindicais e populares, barracas das entidades com amostras das atividades desenvolvidas, e esperança por dias melhores.

As bandeiras de luta deste ano foram a redução da jornada de trabalho sem diminuição dos salários, passe livre para todos os estudantes, reforma agrária, moradia, retomada do crescimento econômico e geração de emprego.



Nas cidades gêmeas de Santana do Livramento (RS) / Rivera (Uruguai), o ato defendeu o Mercosul

Esta bandeira permanece atual e é um compromisso do próprio Presidente Lula que não poderá cumpri-lo se não contar com o apoio de todos nós.", disse. O deputado federal comunista Inácio Arruda participou da festa, sendo saudado pelos presentes com gritos de "Prefeito! Prefeito! Prefeito".

Alagoas

Em Alagoas, o 1º de maio foi marcado pelo tradicional ato político realizado em Maceió. Teve apresentações musicais no trio elétrico, numa festa organizada pela Secretaria de Cultura do Estado, comandada pelo PCdoB. Continuou numa grande comemoração na praça multi-eventos de Pajussara, com milhares de pessoas, onde se apresentaram os cantores alagoanos Geraldo Cardoso e Carlos Moura e as bandas baianas Patchanka e Bombalanco.

Mercosul

Nas cidades de Santana do Livramento e Rivera, a festa do Dia do Trabalhador foi internacional. São cidades gêmeas, na fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, e a pauta foi a mesma das demais comemorações: defesa da soberania dos povos, dos direitos dos trabalhadores e geração de empregos. O ato ocorreu no parque internacional, na fronteira e defendeu também o fortalecimento do Mercosul e o repúdio à criação da Alca. Teve shows com artistas da região e manifestações de todas as centrais sindicais ligadas a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul. E teve também a participação do presidente na-

cional da CUT, Luiz Marinho, que chegou à noite em Livramento/Rivera depois de participar do ato em São Paulo.

Minas Gerais

A praça da Cemig, em Contagem, recebeu milhares de pessoas no ato promovido pela CUT-MG e pela CNBB. Os participantes coletaram assinaturas no abaixo-assinado pela redução da jornada sem redução de salário; houve também manifestações em outros municípios, como Itabirito e João Monlevade.

Pernambuco

Às 18 horas, a Banda Sinfônica do Recife encerrou a festa dos trabalhadores na capital pernambucana, realizada no Parque 13 de Maio. Heleno Araújo, presidente da CUT-PE, considerou positiva a mobilização e a participação de diversos sindicatos. E, como no restante do país, as principais bandeiras de luta foram emprego, distribuição de renda, redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, salário mínimo decente, política pública com qualidade, reforma agrária, ampliação de direitos, não à Alca e à renovação dos acordos com o FMI.

Rio de Janeiro

O 1º de maio no Rio de Janeiro foi comemorado com uma passeata que foi do Flamengo até os Arcos da Lapa, mobilizada principalmente pelos militantes do PCdoB. A maior crítica dos participantes foi em relação ao salário

mínimo de 260 reais. A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB), considerou difícil comemorar o 1º de maio com a notícia desse reajuste. "Há uma opção hegemônica na equipe econômica de manter o ajuste fiscal, com isso o desemprego cresce", disse ela.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, Maurício Ramos, "esse é o novo mínimo e o velho arrocho". O governo Lula, disse, "não pode se submeter ao FMI e aos banqueiros internacionais". Na mesma linha o presidente da CUT-RJ, Jayme Ramos, diz que "a luta pelo aumento do salário mínimo requer muita mobilização por parte dos trabalhadores. Precisamos criar um movimento de massas para pressionar o governo federal".

Brasília

O palco das manifestações em Brasília foi o Eixo Monumental, uma programação que durou o dia inteiro. Logo pela manhã, mais de dois mil atletas participaram da 2ª Corrida do Trabalhador. Entre eles estava o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, que fez o percurso de dez quilômetros em uma hora e garantiu estar com muita disposição e energia para incentivar os trabalhadores a conquistarem mais espaços de lazer. "Neste dia de homenagem aos que suam a camisa o ano inteiro é importante lembrar que o esporte é também uma forma de integração dos trabalhadores e um estímulo à saúde física e mental", disse o ministro/atleta.

Ao redor da Torre de TV foi armado um grande parque com brinquedos, cama elástica e oficina de pipas, para as crianças vindas do Plano Piloto e das cidades satélites.

À tarde houve um show/comício na Esplanada dos Ministérios, organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). O público vibrou com a banda Alínea 11 e os músicos Paulo Tovar, Carlinhos Piauí e Beirão, que tocaram MPB, samba e forró nos intervalos das falas dos representantes de entidades sindicais, estudantis e partidos políticos. Ao final, Alceu Valença levantou o público com muito frevo e forró sem hora para terminar.

A militância do PCdoB do Distrito Federal compareceu com suas bandeiras e distribuindo a edição especial do jornal **A Classe Operária** sobre o 1º de Maio. Enelson Gomes, do PCdoB do Plano Piloto, afirmou que os trabalhadores brasileiros estão irmanados aos trabalhadores iraquianos que lutam contra a agressão norte-americana, e também aos trabalhadores venezuelanos, em permanente mobilização contra a direita. O presidente do PCdoB/DF, Apolinário Rebelo, lembrou que este é o segundo 1º de Maio comemorado no Brasil durante o mandato de um presidente da República operário. Ele manifestou a convicção "de que vamos conseguir mudar o Brasil com muita luta e determinação".

Kátia Souto, presidente da União Brasileira de Mulheres (UBM) falou especialmente para as mulheres que ali estavam em grande número. Ela destacou a luta feminina contra o desemprego, que só em Brasília atinge cerca de 22% das mulheres e anunciou a campanha nacional da UBM em defesa do trabalho com carteira assinada, principalmente para as trabalhadoras domésticas, que será lançada em 18 de maio.

Cobertura feita por Rita Polli (Brasília), Inácio Arruda (Maceió), Eduardo Sabia (Maceió), Marcos Pereira (Rio de Janeiro), com apoio de Francysrose de Andrade e Agência CUT

BOLETO DE ASSINATURA

R\$ 20,00
12 edições

JORNAL **A Classe Operária**

Órgão central do Partido Comunista do Brasil - Fundado em 1º/MAIO/1925



Proletários de todos os países, uni-vos!

FORMAS DE PAGAMENTO

- Cheque nominal
 Dinheiro
 Cartão de crédito C D V A
 Nº.: _____
 Validade: ____/____/____ (MÊS/ANO)
 Vale postal nº. _____
 Depósito em conta corrente
 Banco Itaú Ag. 0251 C/C 48676-7

Enviar comprovante de pagamento por fax ou e-mail

Nome: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____
 Cidade: _____
 Tel. res.: (____) _____ com.: (____) _____
 E-mail: _____
 Profissão: _____
 CEP: _____
 UF: _____
 Data de nasc.: ____/____/____

Ed. final nº.: _____
 Ed. inicial nº.: _____

Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois

EMPRESA JORNALÍSTICA A CLASSE OPERÁRIA: End.: Al. Sarutaiá, 185, Jd. Paulista, São Paulo, SP, Brasil - CEP 01403-010
 Tel/Fax.: (11) 3054-1829 - End. eletrônico: www.vermelho.org.br/classe Correio eletrônico: assinatura@pcdob.org.br

PALESTINA

O genocídio de um povo

“Os palestinos são prisioneiros em suas próprias terras”, denuncia a deputada Vanessa Grazziotin

CARLOS POMPE

Os quatro deputados brasileiros que estiveram, no final de abril, em missão oficial da Câmara nos territórios palestinos ocupados por Israel chegaram a enfrentar maus momentos. Numa visita ao muro que Israel está construindo para isolar a Cisjordânia, a comitiva parlamentar foi atacada por bombas de gás lacrimogêneo atiradas por soldados israelenses.

A comitiva, liderada por Jamil Murad (PCdoB/SP, secretário-geral da Liga Parlamentar Brasil-Árabe), foi integrada por Nilson Mourão (PT/AC), Leonardo Mattos (PV/MG) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Foram acompanhados pelo embaixador da Palestina no Brasil, Musa Odeh, pelo presidente da Confederação Palestina Latino-Americana e do Caribe, Farid Sawan, e por três jornalistas. O embaixador do Brasil em Israel, Sérgio Moreira Lima, presenciou algumas atividades e denunciou ao governo de Israel a atitude agressiva de seus soldados contra os brasileiros.

“O objetivo da nossa visita era ver de perto a situação dos palestinos e estreitar os laços de cooperação e amizade com aquele heróico povo”, conta Vanessa Grazziotin. Ela considerou a viagem “muito intensa, pela programação e pelo nível de estresse a que ficamos permanentemente submetidos. Afinal, fomos a um país que não é reconhecido e que vive sob ocupação”. As reuniões ocorriam inclusive durante as refeições.

A delegação brasileira participou de atividades em Madri, Espanha, e Amã, Jordânia, onde contatou representantes e lideranças da Autoridade Palestina, antes de ingressar nos territórios ocupados por Israel. Quando os brasileiros chegaram, a região vivia três dias de luto pelo assassinato do líder do Movimento da Resistência Islâmico Hamas, Abdel Aziz



Vanessa Grazziotin

Rantissi, vítima de um atentado (helicópteros israelenses dispararam dois foguetes no veículo em que ele estava em uma rua de Gaza).

Vanessa conta que os brasileiros tiveram que passar por inúmeros postos de identificação (são 734 só na Cisjordânia, sem contar os da faixa de Gaza) e, num deles, testemunharam jovens palestinos atirando pedras contra soldados israelenses — “também jovens, muito jovens”, sublinha — fortemente armados e despreparados para a função policial que exercem. “Nossos deslocamentos eram feitos em táxis, pois carros palestinos não circulam, só israelenses”, informa.

Quando os brasileiros chegaram ao local onde vive Yasser Arafat, estava ocorrendo uma cerimônia onde caravanas apresentavam ao presidente da Autoridade Palestina condolências pela morte de Abdel Aziz Rantissi — o que os representantes da Câmara brasileira também fizeram.

A comissão teve um encontro, em Jerusalém, com os parlamentares palestinos eleitos em 1996 (desde então não foram realizadas novas eleições, devido à ocupação sionista). “Todos os palestinos são prisioneiros, formalmente, ou confinados em suas casas ou cidades, de onde só podem sair com vistos especiais, emitidos pelos ocupantes. Israel só aceita como israelenses os palestinos que tenham documentos emitidos pelo próprio Estado de Israel. Os que não têm, mesmo nascidos na cidade, não possuem residência própria, têm o

ingresso na escola e o acesso aos serviços públicos dificultados... Até para construir uma casa são obrigados a pagar uma taxa de 31 mil dólares, e mesmo assim a autorização para a construção pode levar até 4 anos!”

Locais históricos de muçulmanos e cristãos foram visitados pelos parlamentares. “Somente pessoas com mais de 45 anos podem ingressar em alguns locais considerados sagrados, o que impede a população de viver suas crenças e realizar seus rituais religiosos”, diz Vanessa. Em Belém, a delegação foi recebida pelo prefeito e por dois deputados. “A cidade vive sob cerco, não tem orçamento para os serviços públicos básicos”, conta a parlamentar comunista. Em Hebron e Jericó, que as populações dizem ser as cidades mais antigas do mundo, “Israel está destruindo o patrimônio histórico, enquanto cria assentamentos — verdadeiras mansões — atraindo judeus de vários pontos do mundo para ocupar esses territórios”.

Em Jericó, visitaram Ahmed Sadat, secretário-geral da Frente Popular de Libertação da Palestina, na prisão onde está recluso.

Vanessa, que vai disputar a Prefeitura de Manaus nas próximas eleições, teve um encontro com representantes de mais de 50 famílias árabe-palestinas que migraram para a capital do Amazonas. “Eles foram obrigados a trocar de carro nove vezes e levar quase nove horas para fazer um percurso que poderia ser feito em apenas 45 minutos, tantas foram as barreiras e a burocracia imposta pelos ocupantes sionistas”, lembra.

Apesar de integrar uma comitiva oficial, os deputados não puderam entrar em Jenin. Em Qalqiliya (Calquilha), embora acompanhados por diplomatas, foram impedidos de se aproximar do muro de 700 quilômetros que Israel está erguendo. Quando estavam a cerca de 20 metros do paredão, soldados de uma guarita deram ordem para que parassem. Os parlamentares tentaram explicar que estavam em missão oficial, mas os soldados ameaçaram atirar e jogaram bombas de gás lacrimogêneo, sem sequer descer do muro para conversar ou ver os documentos que os brasileiros exibiam. Assustados com a agressividade dos guardas, os deputados e o embaixador deixaram o local às pressas. A Embaixada do Brasil em Israel denunciou, em documento, o ocorrido às autoridades israelenses.

Para chegar à faixa de Gaza, os visitantes tiveram que passar por uma checagem sofisticada e percorrer um longo corredor, acompanhados por soldados de Israel, “tudo filmado por câmeras de segurança. Lá tem



um bairro chamado Brasil, mas não pudemos visitá-lo por causa de um enfrentamento entre soldados israelenses e populares palestinos, que resultou em oito mortos. Nessa região, só entram soldados e bombas. Foi isso que constatamos. Na Palestina, o que ocorre é o genocídio de um povo”, deplora a deputada.

Militante comunista desde quando era estudante, Vanessa diz que “o PCdoB apóia e defende a causa palestina. Por mais que uma pessoa saiba ou estude a questão, nada é igual a ver, testemunhar no local o que ocorre”, disse. “A situação é muito pior do que se pensa, do que a imprensa diz. Não se pode ir de uma cidade para outra sem um passe especial emitido por Israel, que expande cada vez mais suas fronteiras. O povo é humilhado e os

jovens resistem e lutam de forma corajosa e dolorosa. Muitos dão a própria vida pela causa da liberdade e de uma existência digna.”

Ele pode avaliar também a situação das mulheres que, no Oriente Médio, têm espaços limitados. “Mas na Palestina isso é melhor trabalhado”, disse a deputada. “Há uma política mais aberta. Inclusive parabenizei Arafat por esse fato e ele me disse que a resistência de seu povo se deve muito à atuação firme das mulheres. A Autoridade Palestina tem um ministério exclusivo para tratar dos assuntos da mulher, o que nenhum outro país da região tem”. Segundo ela, “o próprio Arafat falou que nos meios de comunicação impera a visão do governo dos EUA e de Israel, discriminando o povo palestino. Sua luta deve ganhar o mundo, sair dos guetos. Essa luta tem a nossa solidariedade”, conclui Vanessa.



Trecho do muro em Qalqiliya

Al-Jaziriah

Como no Gueto de Varsóvia

A história se repete e opõe os sionistas como algozes e os palestinos como vítimas, como ocorreu com nazistas e judeus na primeira metade do século passado

A situação dos palestinos pode ser comparada com as agruras vividas dos judeus no gueto de Varsóvia na época em que os nazistas, liderados por Adolf Hitler, ocupavam a Polônia, como hoje Israel ocupa a Palestina.

Os nazistas consideravam-se racialmente superiores e um de seus objetivos era exterminar os judeus, considerados uma raça inferior. Da mesma forma que os sionistas de hoje que, autoproclamados como povo eleito, oprimem e humilham palestinos, árabes e outros povos.

No Gueto de Varsóvia, mais de 400 mil pessoas foram encurraladas em quatro quilômetros quadrados. Cercadas por altos muros, cheios de proibições e controles, recebiam uma ração mínima para comer. Por imposição nazista, um conselho de moradores cuidava da ordem e da limpeza e fazia a lista dos que seriam enviados aos campos de extermínio. Entre julho e setembro de 1942, mais de 300 mil judeus do gueto foram conduzidos para a morte no campo de Treblinka. No final daquele ano, cerca de 70 mil pessoas ainda sobreviviam ali, na maioria trabalhadores forçados para a indústria militar alemã.

Por iniciativa dos comunistas, foi criada uma frente com nacionalistas e socialistas judeus contra as deportações. Quando as deportações aumentaram e os nazistas decretaram o fim do gueto, surgiram as condições para o levante, que começou em 19 de abril de 1943. Cerca de 1.500 moradores enfrentaram, com armas rudimentares, 3 mil soldados nazistas fortemente armados, situação semelhante à vivida hoje pelos palestinos em luta contra os invasores que ocupam suas terras. No 16 de maio os nazistas cercaram os rebeldes, e a ação durou até a noite do dia 16, quando a si-



Judeus deportados pelos nazistas

magoga do gueto foi destruída por uma bomba. Mais de 56 mil pessoas morreram naquela rebelião que tem semelhanças notáveis com a luta árabe e palestino contra a ocupação sionista de seus territórios (Carlos Pompe).

Arquivo

PALESTINA

Missão de paz brasileira em terras ocupadas

O deputado comunista Jamil Murad relata, na Câmara dos Deputados, a viagem da delegação parlamentar aos territórios ocupados por Israel

O deputado Jamil Murad (PCdoB/SP) relatou, na Câmara dos Deputados, a viagem à Palestina, lembrando que os parlamentares foram “em missão de paz, pela desocupação das terras palestinas e a construção do Estado Palestino Independente, com capital na milenar Jerusalém”.

A delegação parlamentar brasileira constatou a situação dramática dos palestinos. Seu roteiro incluiu as cidades de Ramallah, Jerusalém, Belém, Gaza, Hebron, Jericó e Qalqiliya (Calquilha), onde puderam conhecer o vergonhoso Muro do Apartheid e foram ameaçados por soldados que apontaram metralhadoras e jogaram bombas de gás lacrimogêneo contra os deputados.

Em Gaza, estiveram a 2 km dos combates da resistência palestina contra a invasão dos tanques israelenses. E viram a desigualdade da batalha: crianças e adolescentes com pedras, contra soldados israelenses fortemente armados. O trajeto da delegação brasileira entre Amã (Jordânia), onde o avião pousou, até Ramallah, foi dificultado pelas tropas de ocupação. Mesmo acompanhados pelo embaixador brasileiro em Israel, Sérgio Eduardo Moreira Lima, diz Jamil, “fomos parados diversas vezes pelos soldados israelenses, tivemos que mostrar documentos e responder a várias perguntas durante o percurso”.

Os deputados da delegação brasileira viram de perto a tragédia que o povo palestino vive desde que, em 1948, o Estado de Israel — dominado pelos sionistas — começou a expulsá-lo da região a eles destinada. Hoje, Israel radicalizou essa política e, sob o comando de Ariel Sharon, visa “assassinar lideranças palestinas e sitiar este povo por meio deste vergonhoso muro de nove metros de altura e pelas barreiras militares que atormentam o dia-a-dia do cidadão comum. Tudo para fazer o

povo palestino desistir de sua pátria e se dispersar pelo mundo”.

A resistência contra essa política fascista, diz Jamil Murad, “está mais viva do que nunca na pessoa do líder maior do povo palestino e presidente da Autoridade Nacional Palestina Yasser Arafat.” Para o parlamentar comunista, a audiência com Arafat foi “o episódio mais marcante da viagem. Apesar da longa prisão, que já tem três anos, em seu quartel general, e da constante ameaça de assassinato por parte do governo de Israel, Arafat mantém a firmeza de quem sabe o quanto o povo palestino necessita dele”.



Jamil Murad com Arafat

Os 3,5 milhões de palestinos estão virtualmente presos em Gaza e na Cisjordânia, onde vivem em autênticos guetos. Além disso, 4,8 milhões de palestinos vivem fora de seus territórios e são proibidos até mesmo de visitar suas famílias. Só na Cisjordânia existem 734 postos de controle militar, onde 91 pessoas já morreram; 425 médicos e funcionários foram feridos ao dar assistência aos palestinos; deles, 25 foram assassinados. As tropas ocupantes não têm complacência nem mesmo com parturientes, e já aconteceram 55 partos nestes postos; muitos bebês ou suas mães, ou ambos, morreram em consequência da falta de assistência.

Além disso, Israel não repassa, há quase quatro anos (há exatos 44 meses) os 17% dos impostos pagos pelos palestinos e que deveriam — como ficou acertado nos Acordos de Oslo, de 1993, que criaram o governo palestino autônomo — ser entregues à Autoridade Palestina para a manutenção de serviços de saúde e educação.

Outro aspecto da situação palestina denuncia a hipocrisia da política externa norte-americana: segundo Arafat, Bush foi até o Iraque atrás de armas de destruição em massa e

nada encontrou. Mas tolera o uso por Israel de armas fabricadas com urânio empobrecido, que eleva as taxas de câncer na região aos níveis de Hiroshima e Nagasaki e causa a queda da fertilidade das mulheres palestinas. E nada é feito para impedir esse crime!

Arafat agradeceu o apoio do Brasil à criação de um Estado Palestino e referiu-se ao grande prestígio mundial do presidente Lula. Ele destacou a iniciativa do governo brasileiro de instalar um escritório diplomático em Ramallah, nomeando o atual embaixador brasileiro em Pequim (China), Afonso Celso de Ouro-Preto, como embaixador especial para a paz no Oriente Médio; o objetivo do governo brasileiro é participar mais ativamente do processo de paz na região.

Segundo Jamil, mesmo “preso, Arafat não se desespera e comanda a luta do povo pelo Estado Palestino. Ele nos disse que Nelson Mandela o considera um irmão e, ao fazer considerações elogiosas ao líder sul-africano, contou que, enquanto Mandela esteve preso, ele, Arafat, ajudou sua família, sendo inclusive padrinho de casamento de sua irmã”.

A delegação brasileira pôde conhecer de perto o muro da vergonha, ou do apartheid, que Israel constrói na Cisjordânia para isolar os palestinos. Jamil denuncia que o muro “separa palestinos da mesma cidade e também vilarejos rurais vizinhos, impedindo às pessoas de ir normalmente ao trabalho ou à escola.” E mesmo aos templos, sendo “comum o massacre de palestinos nas portas das mesquitas e às vezes são proibidos de rezar até mesmo nas ruas ao lado da mesquita”.

A construção do muro “trouxo consequências imediatas drásticas, provocando desde a morte de parturientes — impedidas de chegar

aos hospitais — até a destruição de 64% das milenares oliveiras da região que, ao propiciar a produção de óleo de oliva e a venda de azeitonas, é principal fonte econômica deste povo”. O muro também subtrai aos palestinos as reservas de água e só na região de Qalqiliya (Calquilha) já foram subtraídos 19 poços artesianos.

Com o muro, Israel roubou 56% das terras palestinas da Cisjordânia; 350 km já estão construídos, e poderá chegar a 700 km se a política de Sharon não for barrada.

Isso demonstra, segundo Jamil, a farsa do acordo de paz anunciado por Ariel Sharon, com apoio do presidente norte-americano George W. Bush. “É preciso rechaçar esta proposta e criar novas condições para a paz na região. O fim dos conflitos interessa a todos os povos do planeta, todas as pessoas que querem viver em um mundo mais seguro e pacífico. Nós, deputados federais que integramos a comitiva oficial à Palestina, conclamamos todas as forças de paz existentes em território palestino e os pacifistas israelenses, todas as nações cristãs e muçulmanas

do mundo, os povos livres e as Nações Unidas, para que rejeitem o plano Sharon/Bush e contribuam para a desocupação dos territórios palestinos e a instalação de um Estado Palestino Independente; que condenem a construção do Muro do Apartheid na Corte Internacional de Haia e exijam a sua derrubada; defendam o envio

de tropas da ONU para a separação das partes em conflito na região; obriguem Israel a eliminar o uso de bombas de urânio empobrecido contra os palestinos e apóiem o governo Lula em sua política de pacificação da região”.

Com o muro, Israel já roubou 56% das terras palestinas. Isolou aldeias, olivais, fontes de água. Não há complacência nem mesmo com parturientes, que são impedidas de chegar às maternidades

COMÉRCIO MUNDIAL

China faz acordos comerciais com EUA e Brasil

Com os EUA, quer promover relações comerciais; com o Brasil, busca harmonizar a legislação agropecuária e prevê investimentos no país

“Um êxito completo” — foi assim que a vice-primeira ministra chinesa Wu Yi definiu a XV sessão da Comissão Conjunta China/EUA sobre Comércio (CCC), realizada no dia 21 de abril. Foi uma reunião de consultas sobre temas econômicos e comerciais e terminou com a assinatura de oito documentos para promover os laços econômicos e comerciais entre os dois países.

O encontro foi presidido por Wu Yi e, pelo lado norte-americano, pelo secretário de Comércio Donald Evans e pelo representante de Comércio Robert Zoellick.

A secretária de Agricultura Ann Veneman, também participou das conversações.

Em entrevista coletiva depois do final da reunião Wu Yi assinalou a grande importância que a China dá para suas relações com os Estados Unidos, e os vínculos econômicos e comerciais que formam parte importante dessas relações.

Ela recordou os cinco princípios propo-

tos pelo primeiro-ministro chinês Wen Jiabao para orientar a cooperação econômica e comercial sino-americana durante sua visita oficial aos Estados Unidos em dezembro passado, cujos elementos fundamentais são o desenvolvimento, a igualdade e o benefício mútuo. A China espera que a CCC possa servir, disse ela, como uma plataforma para promover a cooperação econômica e comercial bilateral. A reação dos funcionários norte-americanos também foi favorável. “Este é um dia histórico e muito frutífero”, disse o secretário Evans.

Com seu crescimento econômico rápido e sustentado, a China tem sido um dos motores do crescimento econômico global e tem estabelecido uma base mais sólida para a cooperação econômica e comercial com os EUA, disse um dos representantes norte-americanos na reunião.



Wu Yi na assinatura dos acordos nos EUA

Maiores importadores de soja brasileira, os chineses agora querem investir no Brasil. A previsão é de 3 a 4 bilhões de dólares, na agricultura e em infra-estrutura.

As relações comerciais também avançam entre o Brasil e a China. No dia 19 de abril, os governos dos dois países assinaram em Brasília

um memorando de intenção no setor agrícola para harmonizar suas legislações em relação à agricultura e à pecuária. É um passo para o acordo multissetorial que será assinado em maio, durante a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China. Além de atrair investimentos chineses para o agronegócio brasileiro, outro objetivo é ampliar o comércio bilateral que, em 2004, poderá ser de 10 bilhões de dólares (em 2003 foi de 6,6 bilhões).

Em 2003, a China foi o maior importador da soja brasileira, importando 1,5 bilhão de dólares. Este ano, a previsão é de que as exportações brasileiras totais para a China (que foram de 4,5 bilhões de dólares em 2003) cheguem a 5,3 bilhões de dólares. Há também previsões de investimentos chineses de 3 a 4 bilhões de dólares no Brasil, em projetos agrícolas e de infra-estrutura, com ênfase em ferrovias (JCR).

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Sob domínio do império da guerra

O imperialismo americano exhibe suas fragilidades e fica mais agressivo, diz José Reinaldo de Carvalho

A grande novidade da conjuntura mundial, aquilo que “se pode chamar de paradoxo de nossa era” é o fato de que “o momento mais vertiginoso do exercício da supremacia norte-americana” é também o “de exibição de sua fragilidade estrutural e de seu declínio histórico”, situação em que — para “enfrentar os problemas decorrentes de sua lenta agonia como potência imperialista” e escapar “às suas inarredáveis fragilidades estruturais” — o imperialismo se torna mais agressivo. Este é o núcleo da intervenção de José Reinaldo Carvalho, vice-presidente do PC do Brasil e secretário de Relações Internacionais, na reunião do Comitê Central, em 24 de abril de 2004 (a íntegra da intervenção pode ser lida no portal www.vermelho.org.br, edição de 27 de abril de 2004).

Nós, “que sempre nos opusemos a essa guerra criminoso e suja, vamos mais além da mera constatação para afirmar que não só estão em guerra, guerra contra o povo, guerra por saque de riquezas, no caso do petróleo, guerra por posições estratégicas, pelo domínio do mundo”, mas que os norte-americanos e seus aliados” estão sendo derrotados nessa guerra”, disse o dirigente comunista. “É preciso captar esse sinal da conjuntura como a senha de que se inicia uma nova fase do imperialismo, a percepção da derrota torna-o mais agressivo,” com “repercussões relevantes na estratégia e na tática da luta antiimperialista.”

Hoje, pensa José Reinaldo, “vivemos num mundo perigosamente dominado por um império insano, uma superpotência que decidiu fazer a guerra aos povos para assegurar a sua hegemonia”, no qual a “própria sobrevivência da humanidade encontra-se ameaçada.”

É preciso atualizar este quadro em evolução, tarefa que se impõe à medida que se aproxima o início das atividades para o próximo Congresso do PCdoB, tendo em vista “pontuar as tarefas imediatas do Partido no plano internacional e iluminar a situação de

fundo sobre a qual se desenvolve nosso empimento cotidiano pela criação no Brasil de um poder nacional democrático e popular e para conjurar os perigos que ameaçam a nossa soberania e independência.”

Há 13 meses, lembrou, caiu o último bastião da resistência iraquiana e ruína o regime de Saddam Hussein. “Meses depois a prisão de Saddam era festejada como a consolidação do triunfo americano, o selo de garantia da reeleição de Bush”, faltando “apenas a democratização do país, através de eleições, da ‘entrega do poder’ aos iraquianos e da constituição do ‘governo’ local”. Entretanto, apenas quatro meses depois, respondendo à crítica do senador democrata Ted Kennedy, “para o qual o Iraque se tornou no novo Vietnã dos Estados Unidos”, o secretário de Estado Colin Powell chamou-o de antipatriótico, porque... “estamos em guerra”. Isto é, os próprios maiores do governo imperialista foram “obrigados a confessar, um ano depois da proclamada vitória: ‘estamos em guerra.’”

José Reinaldo constata que a “estratégia imperialista norte-americana no Iraque fracassou”, como vem fracassando também no Afeganistão. A Resistência se impôs. “O Pentágono contabiliza quase um milhão de mortos e milhares de feridos em suas fileiras. É quase nada em face das dezenas de milhares de iraquianos, inclusive civis, que o Exército americano assassinou, mas são perdas pesadas em se tratando de um exército ‘vencedor’ e levando em conta que durante a guerra de março-abril de 2003 mor-

reram apenas pouco mais de uma centena de americanos.” Sua tentativa de estabilização também não dá certa e o “chamado Conselho de Governo, um amontoado de fantoches escolhidos a dedo pela Administração colonial, é odiado pelos patriotas e ignorado pela população. Simplesmente suas instituições não funcionam, além de serem alvo de ataques, mormente a polícia”. E os problemas entre os soldados invasores se acumulam.



Bush quis proibir esta foto de caixões de soldados mortos no Iraque. Não conseguiu, mas sua autora foi demitida por isso do jornal onde trabalhava

“Mais de um milhão de soldados e oficiais já receberam tratamento psiquiátrico, o número de suicídios se elevou a mais de 30 e dezenas de desmobilizados que retornaram à casa assassinaram suas mulheres e filhos.”

O centro do ataque do Exército de ocupação são diversas cidades iraquianas — Sadr, Adamiya, Fallujah, Shula, Najaf e outras — que são bombardeadas com mísseis num cenário de uma antes inimaginável resistência que se instalou em todo o Iraque. “Não é de terrorismo que se trata, como pretende a mídia a serviço da Casa Branca,” acusa José Reinaldo. O que há no Iraque “é a luta contra a ocupação” e para “restaurar a soberania do país”, envolvendo mais de “15 grupos de diferentes tipos e orientações, entre organizações laicas e religiosas, o Partido Baath, forças nacionalistas diversas, e correntes comunistas que se opõem à posição colaboracionista adotada pelo partido comunista. Uma resistência assim tão diversa terá em seu seio até mesmo forças retrógradas e anticomunistas, como algumas correntes do sunismo e do chiismo”. E José Reinaldo tira, em sua análise, as consequências dessa situação: “não podemos incorrer no erro de analisar a resistência iraquiana segundo figurinos preestabelecidos ou pretendendo que repita experiências históri-

cas vividas em outros momentos e latitudes. O mesmo ocorre no Afeganistão, onde a resistência antiimperialista aglutina forças desde os talibãs até os comunistas.”

Por ora, diz, só se pode esperar da resistência iraquiana aquilo que ela é: “uma reação legítima ao ocupante”, e apóia-la “é nosso dever fundamental como partido comunista revolucionário, como frente política de centro-esquerda em formação e como governo progressista de coalizão de forças democráticas e nacionais”.

Bush foi à guerra, diz, com o “objetivo estratégico de reforçar a presença militar estadunidense na região do Golfo Pérsico-Arábico e Oriente Médio, onde se encontram dois terços das reservas petrolíferas mundiais e para conquistar mais terreno em sua luta pelo domínio absoluto do globo”, sendo “falsas as expectativas de que a guerra no Golfo traria paz e segurança ao mundo. Um ano depois, o mundo é um lugar mais inseguro e a guerra somente estimulou mais o terrorismo, longe de combatê-lo ou neutralizá-lo. Foi mais uma mentira de Bush.”

Esses fatos decorrem da “opção da Casa Branca de pôr a guerra no centro da sua atividade internacional, eliminando na prática a diplomacia”. Por isso, nossa “análise tem que considerar esta questão como essencial para a compreensão do conjunto da situação. Trata-se de uma tendência que se vem delineando desde a chamada era Reagan, nos anos 80, expressou-se de forma diversa nos anos 90 (primeira guerra do Golfo, guerras da Somália, Bósnia e Kosovo) e se plasmou em definitivo com a assunção do poder pelo grupo ultraconservador de Bush-Cheney-Wolowitz”, tendência cujo pano de fundo “é o surgimento do mundo unipolar, a chamada novíssima ordem, que sucede à ordem do pós Segunda Grande Guerra marcada pela guerra fria e pela divisão do mundo em esferas de influência da URSS e dos EUA”. Na América Latina, lembrou José Reinaldo, a Alca é o foco da ofensiva norteamericana, e por isso ela é rejeitada pelas forças democráticas e nacionalistas.

Então assim, “para a ordem do dia da atividade política internacional do nosso Partido e do movimento progressista no Brasil a luta pela paz e contra a ocupação imperialista no Oriente Médio”, levando a luta pela paz e contra a política de guerra e de ocupação imperialista para o “centro de nossa atividade talvez documentações e Memória da Fundação Maurício Grabois” aquela que exige uma nova ordem internacional baseada no multilateralismo e na mudança de caráter e forma dos organismos internacionais.

Não podemos incorrer no erro de analisar a resistência iraquiana segundo figurinos preestabelecidos ou pretendendo que repita experiências históricas vividas em outros momentos e latitudes

ECONOMIA

A pobreza mundial diminuiu, graças à China

Cai número de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia

Entre 1990 e 2001, a China conseguiu tirar 165 milhões de pessoas da pobreza — número que corresponde à população do Brasil e é o resultado mais espetacular apresentado pelo relatório pelo Banco Mundial (Bird) no final de abril. O critério adotado considera pobre quem vive com menos de 1 dólar por dia. A China, que aprofundou seu esforço na transição para o socialismo foi a campeã e a América Latina, principal laboratório das políticas anti-neoliberais impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial, a pobreza ficou estagnada nesse período. Em 1990, existiam na região 49 milhões de pobres; em 2001, eram 50 milhões. Em termos relativos, 11,3 % da população latino-americana vivia na pobreza em 1990, e 9,5% em 2001.

Em números gerais, em 1990 havia 1,219 bilhão de pessoas vivendo com menos de US\$ 1 por dia (28% da população mundial).

Em 2001, eram 1,101 bilhão (21%). Nesse período, o número de chineses nessa situação caiu de 377 milhões em 1990 para (33% da população) para 212 milhões em 2001 (16,6%). Se a comparação for feita com base em dados de 1981, a pobreza mundial caiu à metade. Naquele ano, 39,5% da população mundial vivia com menos de US\$ 1 diário.

E, se forem excluindo os dados da China, o número de pobres da população mundial fica maior, e alcança 23% do total em 2001.

O grande drama é vivido na África, onde está “o ponto central da pobreza”, diz James Wolfensohn, presidente do Bird. Na África Subsaariana, a população pobre cresceu em termos proporcionais e também em números absolutos. Em 1990, existiam ali 227 milhões de pessoas com renda inferior a US\$ 1 por dia, ou 45% da população. Em 2001, eram 314 milhões (47%).

As Metas do Milênio para a pobreza foram definidas em 2000 e endossadas por 189 países, e o objetivo é chegar ao ano de 2015 com 734 milhões de pessoas com renda inferior a 1 por dia, ou 12,5% da população mundial. Prevê-se que o número absoluto de pobres no mundo, em 2015, será de 734 milhões em 2015 (em 2001 foi de 1 bilhão). Segundo a estimativa do Banco Mundial, a população pobre na América Latina e Caribe será de 46 milhões (ante 50 milhões em 2001), na Ásia e Pacífico, de 44 milhões (284 milhões em 2001), na Europa e Ásia Central, de 6 milhões (18 milhões em 2001), no Sul da Ásia, de 268 milhões (428 milhões em 2001), na África Sub-Saariana, de 366 milhões (314 milhões), no Oriente Médio e Norte da África, de 4 milhões (7 milhões em 2001) e na China, de 41 milhões (212 milhões em 2001).

30 ANOS DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

Abril persistente

As pessoas foram às ruas e transformaram o levante na revolução que acabou com o salazarismo

ADALBERTO MONTEIRO*

Há revoluções que se assemelham a uma hidra. Embora vencidas, com suas conquistas ceifadas ou mutiladas, elas continuam a viver. Continuam a ter vida porque os seus ideais seguem contemporâneos e o seu legado é fonte de energia às lutas libertadoras do país e de seu povo. Essa é a conclusão a que chego acerca da Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974 depois de participar em Lisboa e em outras localidades, entre os dias 23 e 27 de abril, das comemorações por seus trinta anos.

Essa convicção deriva do rico acervo do Seminário Internacional, organizado pelo Partido Comunista Português sobre a data, quando foi sistematizado o legado e a atualidade dos ideais de abril. E também da manifestação popular com dezenas de milhares de pessoas, ocorrida em Lisboa na manhã do dia 25.

Além de ter sido importante para o povo português, a revolução de abril teve impactos positivos em vários países do mundo. Prova disso é que desse Seminário participaram 18 legistas partidárias, entre partidos comunistas e organizações progressistas dos seguintes países: Alemanha, Angola, Brasil, Cabo Verde, República Tcheca, Chipre, Chile, Espanha, França, Grécia, Guiné Bissau, Índia, Itália, Moçambique, Palestina.



Adalberto Monteiro

De levante militar à Revolução

Na madrugada de 25 de abril de 1974, os militares do Movimento das Forças Armadas (MFA) deflagraram um levante militar que

pôs fim a 48 anos de ditadura fascista. No comunicado feito através de uma emissora de rádio anunciando o levante, o MFA orientava o povo para que ficasse em seus lares. Mas aconteceu o oposto. O general Vasco Gonçalves, que foi primeiro-ministro de vários governos provisórios do período revolucionário, hoje com 82 anos, falando num almoço comemorativo na sede do PCP de Lisboa afirmou que “o povo ocupou as ruas com o ímpeto de uma panela de pressão que explodira”. Vasco Gonçalves disse ainda que foi exatamente a mobilização popular que transformou o levante militar em revolução.

Aliança Povo-MFA

Desde quando eclodiu em abril de 74 e, sobretudo, no período compreendido entre o 2o governo provisório até a queda do 5o governo provisório, em setembro de 75, se desenvolve uma das originalidades dessa revolução: a aliança do povo com o setor mais

progressista do MFA. Como bem sublinhou o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, que foi vice-ministro do Trabalho no governo revolucionário, em entrevista que nos concedeu à revista *Princípios*, “as conquistas, os trabalhadores as foram alcançando nas ruas, nas mobilizações, muitas delas, somente tempo depois, se tornariam leis.” A ação decidida dos trabalhadores, do proletariado

urbano e rural, com o respaldo da ala esquerda do MFA, propiciou importantes vitórias.

O setor financeiro, à exceção das sociedades estrangeiras, foi nacionalizado. Para que isso ocorresse, os bancários tiveram um importante papel, realizando assembleias e manifestações com até 300 mil pessoas. Cerca de 245 empresas, das áreas básicas e estratégicas, como energia, petróleo, siderurgia, aviação, foram também nacionalizadas.

Além de golpear severamente o capital monopolista, a revolução demoliu outra pilastra do regime fascista: o latifúndio. Quando a Lei de Reforma Agrária foi publicada em julho de 1975, por força da luta dos camponeses, a reforma agrária já estava em andamento. Em 76, mais de 1.150.000 hectares já haviam sido ocupados e criadas cerca de 500 Unidades Coletivas de Produção que absorveram 71 mil trabalhadores.

A classe operária, gozando de ampla liberdade sindical e política, fruto de suas lutas conquista a institucionalização do salário mínimo nacional, redução jornada de trabalho, alargamento do tempo de férias, ampliou-se a segurança social e foi criado o Serviço Nacional de Saúde Geral e Gratuito. A Central Geral dos Trabalhadores Portugueses, Intersindical, que fora fundada um pouco antes da queda da ditadura, comanda as jornadas por esses direitos alcançados

PCP, importante alavanca da revolução

Na análise do membro do Secretariado do Comitê Central do PCP, Albano Nunes, a queda de uma ditadura de quase meio século veio provar que um regime reacionário pode



Dezenas de milhares de pessoas celebram 25 de Abril em Lisboa

ser derrubado, por mais que se apresente como inexpugnável. Mas isso não se dá por um processo espontâneo. É obra de uma luta abnegada e persistente. No caso de Portugal, custaram quase 50 anos de luta. O PCP participou, clandestino, sob duras condições, dessa jornada. Seus militantes sofreram torturas, prisões e muitos perderam a vida. O PCP se vinculou à classe operária e às suas lutas. Participou de movimentos unitários democráticos e anticoloniais. Recorreu à luta armada “contra o aparelho colonial fascista”. Participou da criação da Aliança Povo-MFA.

Continuar os sonhos e a caminhada de Abril

Em Almada, município administrado há vários anos pelo PCP, houve uma bonita festa, em Praça Pública, na passagem do dia 24 para o dia 25. Maria Emília Sousa Neto, presidenta da Câmara Municipal, ao discursar parece exprimir aquilo que gostariam de dizer os milhares de pessoas presentes: “25 de Abril não é memória, não é saudade.” É algo vibrante e pulsante como um coração. “O 25 de Abril é a luta dos trabalhadores por educação, saúde, habitação, trabalho. É a luta pela paz, contra a ocupação do Iraque, é a solidariedade ao povo palestino. É a celebração pela independência dos países outrora colônias de Portugal.” E conclui dizendo “É preciso continuar os sonhos e a caminhada de Abril.”

*Membro do Secretariado Nacional do PCdoB, representou o Partido, em Portugal, nas comemorações dos 30 anos da Revolução de 25 de Abril

ESCRavidÃO

Negros norte-americanos processam a Lloyd's

Eles a acusam de cúmplice no tráfico de escravos e contrataram o advogado que condenou nazistas

Em 2004, declarado pela ONU como o Ano Internacional da Comemoração da Luta contra a Escravidão e por sua Abolição, as notícias sobre esse regime iníquo são contraditórias.

Em Nova York, um grupo de negros descendentes de ex-escravos decidiu entrar na justiça com um processo contra a seguradora britânica Lloyd's. Eles a acusam de cumplicidade no genocídio e na destruição de comunidades nativas da África há dois séculos, e já contrataram o advogado norte-americano Ed Fagan, que ficou famoso por conseguir na justiça que bancos suíços indenizem vítimas da perseguição nazista nas décadas de 1930 e 1940. Fagan atua também em processos contra empresas que apoiaram o apartheid na África do Sul e, segundo ele, a demanda dos descendentes de escravos é válida porque outras comunidades já conseguiram obter compensações judiciais por acontecimentos ocorridos no passado longínquo.

A Lloyd's, a mais antiga empresa de seguros em atividade no mundo, foi a seguradora de navios que trouxe para a escravidão, nas Américas, os antepassados dos negros norte-americanos que, por isso, a acusam de cumplicidade no tráfico de escravos. A empresa negou-se a

comentar o processo, alegando não conhecer pormenores. Mas disse, por um porta-voz, que já houve, no passado, processos semelhantes, que não foram aceitos pelos tribunais.

Em 2002, outras três grandes empresas norte-americanas também foram acusadas por descendentes de escravos de beneficiar-se da escravidão antes de sua abolição, em 1865. Até 1850, pelo menos 12 milhões de escravos africanos foram levados para a América do Norte, América Latina e Caribe, sem contar os 20% que, calcula-se, teriam morrido durante a travessia do oceano Atlântico.

Outra notícia que traz a escravidão para o noticiário é a denúncia de sua prática ainda em nossos dias, em vários países. Segundo a Organização Internacional Anti-Escravidão (Anti-Slavery International), “a escravidão contemporânea adota diversas formas e afeta pessoas de todas as idades, gêneros e raças”, apesar de “ser proibida na maioria dos países onde é praticada”. A entidade calcula que existam cerca de 20 milhões de pessoas escravizadas no mundo. “Há mulheres da Europa oriental prostituídas por dívidas; há tráfico de meninos e meninas entre países da África Ocidental; no Brasil, homens são obrigados a trabalhar como escravos em fazendas” (JCR).

Um acontecimento de importância mundial

A queda do salazarismo animou a luta pela liberdade e a democracia

Adalberto Monteiro, secretário de Formação e Propaganda do PCdoB, representou o Partido Comunista do Brasil, no Seminário Internacional 30 anos da Revolução Portuguesa — atualidade internacional das transformações e ideais de Abril, realizado em Lisboa, entre os dias 23 e 27 de abril, para comemorar as três décadas do movimento que colocou fim à ditadura de António Salazar, que já completava 48 anos. No dia 24, Adalberto fez uma intervenção no seminário na qual saudou, em nome do Partido Comunista do Brasil, o PCP, os comunistas e o povo português, ressaltando a importância histórica do acontecimento, “não apenas para o povo lusitano, mas para os povos dos cinco continentes que lutam pela causa da democracia, da soberania e do socialismo”.

A Revolução dos Cravos, disse ele, teve efeitos progressistas no cenário político português, com repercussões positivas em “vários continentes, seja no plano das lutas, seja vista seus ideais de democracia, soberania e justiça social —, seja no plano político, em especial, para os países que se encontravam sob o jugo do colonialismo português”.

Em relação “à América Latina, marcada à época por ditaduras militares sangrentas, e, em especial ao Brasil onde se vivia nesse período uma repressão atroz, Abril foi um alento. Um vento forte e bom que animou a luta pela liberdade e a democracia”, disse. Adalberto falou também da situação atual vivida pelo Brasil onde pela primeira vez um presidente de origem operária “é alçado ao governo da República. Fruto destes novos tempos, também, pela vez primeira, o Partido Comunista do Brasil exerce importantes responsabilidades políticas e administrativas no Governo da República, estando, à frente, inclusive, de dois Ministérios”.

Adalberto encerrou sua intervenção com os versos da canção *Tank Mar*, de Chico Buarque de Holanda, que tão bem ressaltaram a importância e repercussão da Revolução Portuguesa entre os brasileiros.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

CINEMA

Com Che, na estrada

O novo filme de Walter Salles relata a viagem que deu consciência dos problemas da América do Sul a Che e ao amigo Granado

Uma parte lendária da história do revolucionário latino-americano Ernesto Che Guevara chega ao cinema, levada por Walter Salles, num filme produzido por Robert Redford: *Diários de motocicleta*. Estrelado pelo ator mexicano Gael García Bernal (como Che) e Rodrigo de la Serna (como Alberto Granado), o filme baseia-se nas *Notas de Viaje*, de Guevara, e *Con el Che por Sudamérica*, de Alberto Granado e conta a viagem que os dois fizeram em 1952 através da América do Sul, de motocicleta. **A Classe Operária** reproduz o artigo de Mauro Ventura publicado em *O Globo*:

Quase 40 anos depois, ainda está fresco na memória de Alberto Granado o dia em que foi chamado à redação do jornal *Granma* para identificar, por meio de uma foto, o corpo do amigo Che Guevara.

— Em Cuba, ninguém queria acreditar que ele estivesse morto, mas tive um pressentimento de que era verdade — conta ele, na varanda de um hotel em São Paulo. — Falaram: “Com a força que tinha, como esses brachinhos finos seriam os dele?”. Mas a força dele não era muscular, vinha dos nervos. Vi que era ele mesmo. O coração não me enganou.

Aos 83 anos, Granado está no Brasil para o lançamento do filme *Diários de motocicleta*, de Walter Salles, que retrata a viagem que fez em 1952 com Che — na época, um estudante de medicina de 23 anos, conhecido apenas como Ernesto Guevara de la Serna. Os dois jovens argentinos saíram de Córdoba a bordo de uma velha motocicleta inglesa de Granado e, oito meses depois, separaram-se na Venezuela. Neste meio tempo, transformaram-se ao tomar contato com a opressão no continente latino-americano.

O filme será lançado em circuito comercial no dia 7 de maio. No sábado, terá pré-estreia no Odeon, seguida de debate, com a participação de Granado. Ele ajeita-se na cadeira, dá mais um gole no uísque e explica por que não acompanhou o diretor brasileiro ao Festival de Sundance, nos Estados Unidos, onde *Diários de motocicleta* foi ovacionado.

“Estou proibido de entrar nos Estados Unidos desde 1949, quando assinei um manifesto contra a bomba atômica. Além disso, vivo há 40 anos em Cuba, era amigo de Che... É uma má recomendação para os ianques” ri.

Ele diz não ter interesse em conhecer os Estados Unidos, mas deixa escapar um sonho.

“Aquela pontinha de orgulho me diz que gostaria

de ter estado no festival, mas estive em Roma, onde havia 1.200 pessoas aplaudindo o filme no cinema e 200 do lado de fora. Mas tinha vontade de conhecer o Grand Canyon, no Colorado. Tenho inveja do conquistador espanhol Alvar Núñez Cabeza de Vaca, que descobriu as Cataratas do Iguaçu e o Grand Canyon.

Granado conta ter chorado em dois momentos do filme: na hora em que os dois amigos têm que abandonar a moto quebrada e na despedida do leprosário de San Pablo.

“O Rio Amazonas separava os doentes dos funcionários. Estávamos na parte sã e, da parte enferma, veio um pequeno barco com um maestro e músicos, que tocaram uma canção muito bonita e fizeram um discurso formidável, falando de como os tratamos como pessoas normais. Foi o momento mais emocionante da minha vida, mas, desgrazadamente, não pude fotografar porque estava chovendo.

No dia de seu 24º aniversário, o futuro Che tinha atravessado o rio a nado para festejar a data com os internos.

“Discutimos muito. Havia piranhas. Se um tronco o golpasse e ele sangrasse, seria devorado” lembra. “A cena do cruzamento do rio e a despedida do leprosário são as partes mais emblemáticas do filme, onde o Walter (Salles) mostra a sua genialidade como diretor.”

Ernesto é vivido pelo ator mexicano Gael García Bernal e Granado, pelo argentino Rodrigo de la Serna — coincidentemente, primo em segundo grau de Che. Salles diz ter ficado impressionado com a semelhança física entre Rodrigo e Granado. Mas, se na vida real Che era maior que o amigo, no filme se dá o oposto.

“O importante não é o físico, porque não se trata de uma biografia. O essencial é que meu espírito e o do Che estão representados pelos dois atores. Sobretudo Rodrigo, que tem muitas coisas sentimentais que se parecem com o Alberto de 50 anos atrás.

E Alberto Granado continua sentimental?

“Sigo sendo.”

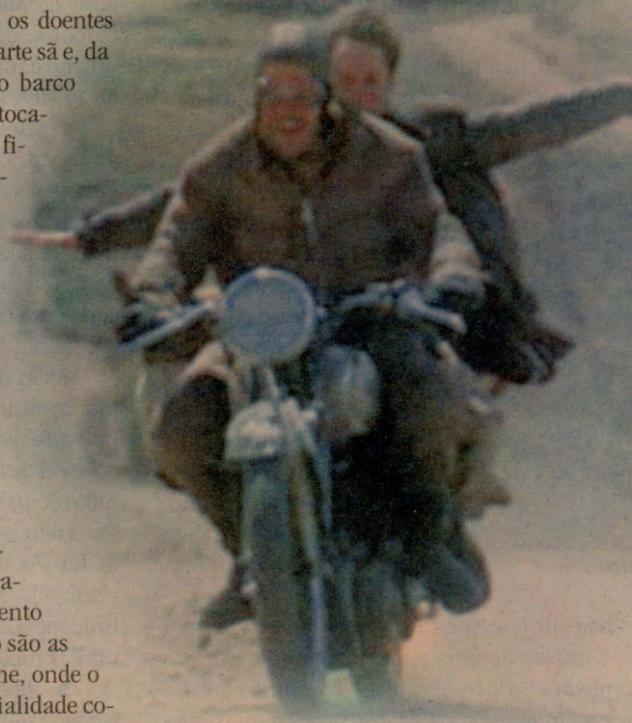
O filme mostra um jovem bioquímico de 29 anos, amante das farras e da medicina. Depois da viagem, Granado radicou-se em Caracas, na Venezuela, onde se casou em 1955 com Delia.

“Eu era muito alegre, dançava, organizava times de futebol e de rúgbi, escrevia para jornal. Tinha uma vida muito ativa. Quando cheguei a Caracas, apaixonei-me pela primeira vez.”

“Mas teve outras namoradas” entra na conversa Delia.

“Tive, mas não me apaixonei. Só por você, que me agüenta há quase 50 anos.”

“Não me interessa que falem de mim, e sim que sigam o exemplo de Che”, diz Alberto Granado



Cena do filme

Tiveram três filhos” um rapaz, diretor do museu de África de Cuba, uma moça, economista e professora da escola de quadros políticos do Partido Comunista, e outra, professora de esporte e lazer para a terceira idade. A vida continua ativa para Granado, apesar de um enfarte, há dois anos (“Já me esqueci”), e da bengala.

“Rompi os meniscos dos joelhos jogando futebol e rúgbi. Operei, mas os problemas vão se acumulando. De qualquer forma, uso a bengala para ter mais conforto, mais segurança.” Às segundas, quartas e sextas, ele faz ginástica com a filha. Às terças, quintas e sábados, passa uma hora na praia. Domingo é dia de golfe. Diariamente, caminha uma hora, dedica pelo menos quatro à leitura e três para a escrita.

“Conta para ele que sou eu que leva seu café” intervém Delia.

“É o machismo argentino” desculpa-se ele.

O casal ficou menos de cinco anos na Venezuela



Che



Granado

“Tinha uma cátedra, um laboratório, uma casa na praia, outra nas montanhas. Tinha ganhado muito dinheiro em pouco tempo. Mas, com o triunfo da revolução cubana, larguei o conforto e fui para Cuba.”

Lá inaugurou o centro de genética e ajudou a fundar a escola de medicina de Santiago de Cuba. Ao contrário de intelectuais como José Saramago, que romperam com o regime de Fidel Castro depois da execução de dissidentes, Granado conserva-se um entusiasta da revolução.

“Continuo firme.”

Especialista em genética molecular, aposentou-se em 1994 e costuma viajar pelo mundo fazendo palestras sobre o amigo.

Fala do Che médico, do Che esportista, do Che ideólogo.

“Quem conhece Che melhor do que eu? Muito pouca gente, porque acompanhei sua evolução. Minhas palestras têm sempre um fundo político. Por exemplo, quando falo dele como esportista, digo como superava a asma, mostrando a tenacidade e a resistência que seriam vistas mais tarde na vida política.

A idéia de cruzar o continente partiu de Granado.

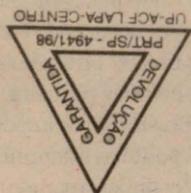
“Todo mundo queria ir comigo, porque eu falava sempre da viagem. No fim das contas, acabou indo o melhor. Nunca pensamos que íamos fazer história. Quer dizer, na verdade a história é ele. Se eu tivesse ido com outra pessoa, teria sido apenas uma viagem a mais.”

A admiração por Che transparece em cada frase.

“Fui o amigo que mais gostou dele. Conheci-o quando ele tinha 14 anos. Sempre o admirei por sua integridade, por sua luta contra a asma, por seu esforço para quebrar a hegemonia do capitalismo.

Granado se sente um pouco desconfortável quando o foco da entrevista cai sobre si. Ele minimiza seu papel na formação do futuro Che e diz que pode ter contribuído com um conceito ou uma idéia. À noite chega, ele teve um dia cansativo, deu entrevista para o *Fantástico*, caminhou algumas quadras até um restaurante, mas está bem-disposto e se anima ao retomar as lembranças sobre o líder revolucionário.

“Em seu diário, ele disse que sentia muito a minha falta, mas é difícil para mim dizer que tive alguma importância — conta. — Não me interessa que falem de mim, e sim que sigam o exemplo de Che.”



IMPRESSO



CDM

Centro de Documentação e Memória

Fundação Maurício Grabois

CEP 01403-010 - SÃO PAULO - SP
ALAMEDA SARUTAIÁ, 185 - JARDIM PAULISTA
TEL: (11) 3054 1800

